

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	18
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
Total	696.334
Em Tesouraria	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
Total	713

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	4.306.844	4.253.468
1.01	Ativo Circulante	33.225	250.790
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.063	3.454
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	5.063	3.454
1.01.02	Aplicações Financeiras	502	2.094
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	502	2.094
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	502	2.094
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.424	762
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.424	762
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.114	1.815
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.114	1.815
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.122	242.665
1.01.08.03	Outros	25.122	242.665
1.01.08.03.01	Outros Créditos	411	280
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	0	4
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	24.711	238.772
1.01.08.03.05	Outros créditos - Venda participação	0	3.609
1.02	Ativo Não Circulante	4.273.619	4.002.678
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.695	11.695
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.695	11.695
1.02.01.10.04	Outros créditos	11.695	11.695
1.02.02	Investimentos	4.254.400	3.982.428
1.02.02.01	Participações Societárias	4.254.400	3.982.428
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.254.016	3.981.787
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	384	641
1.02.03	Imobilizado	3.642	3.875
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.642	3.875
1.02.04	Intangível	3.882	4.680
1.02.04.01	Intangíveis	3.882	4.680

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	4.306.844	4.253.468
2.01	Passivo Circulante	430.477	537.169
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.825	10.354
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.825	10.354
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.825	10.354
2.01.02	Fornecedores	500	1.364
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	500	1.364
2.01.02.01.01	Fornecedores	500	1.364
2.01.03	Obrigações Fiscais	102	83
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	102	83
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	102	83
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	203.336	306.829
2.01.04.02	Debêntures	203.336	306.829
2.01.04.02.01	Debêntures	203.336	306.829
2.01.05	Outras Obrigações	218.714	218.539
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	62	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	62	0
2.01.05.02	Outros	218.652	218.539
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.699	1.594
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	579	579
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	214.736	214.736
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	1.638	1.630
2.02	Passivo Não Circulante	98.410	288.939
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	94.902	284.769
2.02.01.02	Debêntures	94.902	284.769
2.02.01.02.01	Debêntures	94.902	284.769
2.02.02	Outras Obrigações	3.508	4.103
2.02.02.02	Outros	3.508	4.103
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	1.087	988
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	2.421	3.115
2.02.04	Provisões	0	67
2.02.04.02	Outras Provisões	0	67
2.02.04.02.06	Provisão para perdas trabalhistas	0	67
2.03	Patrimônio Líquido	3.777.957	3.427.360
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação de participação acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	1.311.287	1.311.287
2.03.04.01	Reserva Legal	86.246	86.246
2.03.04.10	Orçamento de Capital	1.225.041	1.225.041
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	350.597	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	215.387	379.648	285.405	543.169
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.745	-23.290	-10.945	-22.175
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-115	-230	-105	-233
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	14	27	24	24
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	-129	-257	-129	-257
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	227.247	403.168	296.455	565.577
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	227.247	403.168	296.455	565.577
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	215.387	379.648	285.405	543.169
3.06	Resultado Financeiro	-10.928	-28.535	-17.348	-43.740
3.06.01	Receitas Financeiras	338	708	570	2.585
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.266	-29.243	-17.918	-46.325
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	204.459	351.113	268.057	499.429
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	204.459	351.113	268.057	499.429
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-516	-516	0	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-516	-516	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	203.943	350.597	268.057	499.429
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,29318	0,50401	0,38534	0,71796
3.99.01.02	ON	0,29392	0,50474	0,38534	0,71796
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,29318	0,50401	0,38534	0,71796
3.99.02.02	ON	0,29392	0,50474	0,38534	0,71796

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	203.943	350.597	268.057	499.429
4.03	Resultado Abrangente do Período	203.943	350.597	268.057	499.429

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-25.252	-31.107
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-22.056	-19.449
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	351.113	499.429
6.01.01.02	Prejuízo das operações descontinuadas	-516	0
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	1.172	1.182
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos	29.179	45.708
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas trabalhistas	-67	65
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	0	-1
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-26	-914
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-403.168	-565.577
6.01.01.17	Amortização de ágio	257	257
6.01.01.19	Provisão e atual. mon. acordo leniência/ex-executivos colaboradores/não persecução cível-ANPC	0	402
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.196	-11.658
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-662	-80
6.01.02.03	Despesas antecipadas	701	492
6.01.02.04	Depósitos judiciais	0	1
6.01.02.05	Outros créditos	-131	-62
6.01.02.06	Fornecedores	-864	29
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-2.529	-3.329
6.01.02.08	Partes relacionadas	66	4
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-45
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas trabalhistas e tributárias	0	-9
6.01.02.13	Outras contas a pagar	204	-909
6.01.02.15	Pagamento acordo de leniência / ex-executivos colaboradores / não persecução cível - ANPC	0	-7.750
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	350.086	434.582
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-141	-274
6.02.02	Aquisição de intangível	0	-6
6.02.03	Aplicações financeiras	1.592	12.361
6.02.05	Dividendos recebidos	305.000	322.501
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	40.000	90.000
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda participação	3.635	10.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-323.225	-444.247
6.03.02	Pagamento debêntures e arrendamentos	-285.686	-380.792
6.03.03	Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	-37.539	-63.455
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.609	-40.772
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.454	44.153
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.063	3.381

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	350.597	0	350.597
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	350.597	0	350.597
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.311.287	350.597	0	3.777.957

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	499.429	0	499.429
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	499.429	0	499.429
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	621.913	499.429	0	3.237.415

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.830	-4.972
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.830	-4.972
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.830	-4.972
7.04	Retenções	-1.429	-1.439
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.172	-1.182
7.04.02	Outras	-257	-257
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-257	-257
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.259	-6.411
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	403.903	568.186
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	403.168	565.577
7.06.02	Receitas Financeiras	708	2.585
7.06.03	Outros	27	24
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	27	24
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	396.644	561.775
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	396.644	561.775
7.08.01	Pessoal	16.149	15.675
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.031	14.752
7.08.01.02	Benefícios	633	452
7.08.01.03	F.G.T.S.	485	471
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.382	46.671
7.08.03.01	Juros	28.875	45.166
7.08.03.02	Aluguéis	139	346
7.08.03.03	Outras	368	1.159
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	350.597	499.429
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	350.597	499.429
7.08.05	Outros	516	0
7.08.05.04	Resultado de operações descontinuadas	516	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	32.690.853	29.296.082
1.01	Ativo Circulante	4.228.476	4.726.035
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.409.899	2.337.602
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	2.409.899	2.337.602
1.01.02	Aplicações Financeiras	571.632	1.531.009
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	571.632	1.531.009
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	195.426	123.390
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	376.206	1.407.619
1.01.03	Contas a Receber	593.176	485.838
1.01.03.01	Clientes	593.176	485.838
1.01.06	Tributos a Recuperar	217.024	153.830
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	217.024	153.830
1.01.07	Despesas Antecipadas	39.643	19.287
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	39.643	19.287
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	397.102	198.469
1.01.08.03	Outros	397.102	198.469
1.01.08.03.01	Outros créditos	230.766	194.851
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	5	9
1.01.08.03.03	Custos antecipados empréstimos	166.331	0
1.01.08.03.05	Outros créditos - venda participação	0	3.609
1.02	Ativo Não Circulante	28.462.377	24.570.047
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.776.912	2.659.601
1.02.01.07	Tributos Diferidos	373.761	368.132
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	373.761	368.132
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1	3
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.403.150	2.291.466
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	190.162	186.418
1.02.01.10.04	Outros créditos	81.284	92.610
1.02.01.10.05	Aplicações financeiras - conta reserva	185.703	169.830
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	336.954	331.081
1.02.01.10.09	Outros créditos - conta reserva - poder concedente	1.609.047	1.511.527
1.02.03	Imobilizado	698.649	599.508
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	698.649	599.508
1.02.04	Intangível	24.986.816	21.310.938
1.02.04.01	Intangíveis	24.986.816	21.310.938

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	32.690.853	29.296.082
2.01	Passivo Circulante	5.848.526	7.054.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	134.347	143.346
2.01.01.01	Obrigações Sociais	134.347	143.346
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	134.347	143.346
2.01.02	Fornecedores	365.673	424.426
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	365.673	424.426
2.01.02.01.01	Fornecedores	354.034	415.797
2.01.02.01.02	Fornecedores - Risco sacado	98	2.412
2.01.02.01.03	Fornecedores FIDC	11.541	6.217
2.01.03	Obrigações Fiscais	263.596	228.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	263.596	228.171
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	156.058	129.714
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	107.538	98.457
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.109.619	5.465.536
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	166.830	154.266
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	166.830	154.266
2.01.04.02	Debêntures	3.942.789	5.311.270
2.01.04.02.01	Debêntures	3.942.789	5.311.270
2.01.05	Outras Obrigações	803.884	663.089
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	92.708	161.996
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	92.708	161.996
2.01.05.02	Outros	711.176	501.093
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	81.196	26.376
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	253.752	114.542
2.01.05.02.08	Acordo de leniência	13.390	12.756
2.01.05.02.09	Acordo de não persecução cível - ANPC	22.037	22.717
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	214.736	216.958
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	126.065	107.744
2.01.06	Provisões	171.407	130.122
2.01.06.02	Outras Provisões	171.407	130.122
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	117.326	129.874
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	54.081	248
2.02	Passivo Não Circulante	22.802.429	18.550.846
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.802.787	14.569.385
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.915.287	2.929.973
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.915.287	2.929.973
2.02.01.02	Debêntures	15.887.500	11.639.412
2.02.01.02.01	Debêntures	15.887.500	11.639.412
2.02.02	Outras Obrigações	3.290.237	3.159.103
2.02.02.02	Outros	3.290.237	3.159.103
2.02.02.02.03	Obrigações com poder concedente	2.781.479	2.661.554
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	288.162	254.608
2.02.02.02.06	Acordo de leniência	898	898
2.02.02.02.07	Acordo de não percecusão cível - ANPC	90.196	107.592

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	129.502	134.451
2.02.03	Tributos Diferidos	161.995	133.667
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	161.995	133.667
2.02.04	Provisões	547.410	688.691
2.02.04.02	Outras Provisões	547.410	688.691
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	201.537	199.507
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras	37.817	65.446
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	308.056	423.738
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.039.898	3.690.546
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação participação dos acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	1.311.287	1.311.287
2.03.04.01	Reserva Legal	86.246	86.246
2.03.04.10	Orçamento de capital	1.225.041	1.225.041
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	350.597	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	261.941	263.186

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.718.137	5.144.256	2.413.653	4.540.369
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.626.898	-3.039.600	-1.460.085	-2.654.176
3.03	Resultado Bruto	1.091.239	2.104.656	953.568	1.886.193
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-87.426	-170.328	-71.039	-157.614
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-90.147	-173.904	-75.494	-162.331
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.721	3.576	4.455	4.717
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	2.721	3.576	4.455	4.717
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.003.813	1.934.328	882.529	1.728.579
3.06	Resultado Financeiro	-614.205	-1.237.806	-402.470	-815.029
3.06.01	Receitas Financeiras	128.714	265.347	96.551	226.034
3.06.02	Despesas Financeiras	-742.919	-1.503.153	-499.021	-1.041.063
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	389.608	696.522	480.059	913.550
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-189.841	-360.076	-207.547	-403.476
3.08.01	Corrente	-168.883	-337.377	-195.918	-370.535
3.08.02	Diferido	-20.958	-22.699	-11.629	-32.941
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	199.767	336.446	272.512	510.074
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-516	-516	0	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-516	-516	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	199.251	335.930	272.512	510.074
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	203.943	350.597	268.057	499.429
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.692	-14.667	4.455	10.645
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,29318	0,50401	0,38535	0,71796
3.99.01.02	ON	0,29392	0,50475	0,38535	0,71796
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,29318	0,50401	0,38535	0,71796

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.99.02.02	ON	0,29392	0,50475	0,38535	0,71796

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	199.251	335.930	272.512	510.074
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	199.251	335.930	272.512	510.074
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	203.943	350.597	268.057	499.429
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.692	-14.667	4.455	10.645

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.917.023	1.739.152
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.900.713	2.540.040
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	336.446	510.074
6.01.01.02	Prejuízo das operações descontinuadas	-516	0
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	630.503	444.848
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	32.757	18.121
6.01.01.05	Capitalização de juros	-171.060	-195.522
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	1.513.571	1.099.290
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	32.491	52.336
6.01.01.08	Provisão e atualização da provisão para manutenção e construção de obras futuras	71.081	77.249
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-4.389	2.989
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com poder concedente	156.708	132.958
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-4.641	-3.826
6.01.01.12	Tributos diferidos	22.699	32.941
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	337.377	370.535
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-18.191	-11.267
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-26	-509
6.01.01.17	Atualização monetária e provisão outras contas a pagar	2.725	2.419
6.01.01.18	Provisão direito reequilíbrio Ecovias Sul	-38.837	0
6.01.01.19	Provisão e atual. mon. acordo leniência/ex-executivos colaboradores/não persecução cível-ANPC	7.888	9.157
6.01.01.20	Atualização monetária, AVP e amortização do ativo sujeito a indenização	-5.873	-1.753
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-983.690	-800.888
6.01.02.01	Clientes	-102.949	-50.920
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-63.194	-27.175
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-20.354	-16.610
6.01.02.04	Depósitos judiciais	897	-3.823
6.01.02.05	Outros créditos	-187.204	-33.796
6.01.02.06	Fornecedores, FIDC e risco sacado	-58.753	-86.963
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-8.999	-4.807
6.01.02.08	Partes relacionadas	-69.284	-26.710
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	9.081	-7.414
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-17.159	-31.395
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-94.357	-85.922
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com poder concedente	-74.077	-71.270
6.01.02.13	Outras contas a pagar	39.025	25.485
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-311.033	-347.647
6.01.02.15	Pagamento acordo de leniência / ex-executivos colaboradores / não persecução cível - ANPC	-25.330	-31.921
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.152.913	-2.982.990

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-104.559	-94.686
6.02.02	Aquisição de intangível	-4.013.684	-1.452.477
6.02.03	Aplicações financeiras	1.031.413	-1.436.054
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	-69.718	-10.273
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda participação	3.635	10.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.308.187	31.175
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-2.519.053	-2.919.905
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.094.641	-1.128.087
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	4.919.803	4.139.705
6.03.05	Pagamento de obrigações com poder concedente	-9.122	-53.555
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Ecovias 101	0	-6.983
6.03.11	Aporte de capital não controladores	11.200	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	72.297	-1.212.663
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.337.602	3.524.241
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.409.899	2.311.578

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360	263.186	3.690.546
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360	263.186	3.690.546
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	11.200	11.200
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	11.200	11.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	350.597	0	350.597	-14.667	335.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	350.597	0	350.597	-14.667	335.930
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	2.222	2.222
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	0	0	2.222	2.222
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.311.287	350.597	0	3.777.957	261.941	4.039.898

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986	248.274	2.986.260
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	621.913	0	0	2.737.986	248.274	2.986.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	499.429	0	499.429	10.645	510.074
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	499.429	0	499.429	10.645	510.074
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	621.913	499.429	0	3.237.415	258.919	3.496.334

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	5.562.357	4.893.132
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.843.357	3.371.995
7.01.02	Outras Receitas	62.453	56.191
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.656.547	1.464.946
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.290.526	-2.087.242
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.173.022	-1.983.896
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-73.507	-74.830
7.02.04	Outros	-43.997	-28.516
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.271.831	2.805.890
7.04	Retenções	-630.503	-444.848
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-630.503	-444.848
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.641.328	2.361.042
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	268.923	230.751
7.06.02	Receitas Financeiras	265.347	226.034
7.06.03	Outros	3.576	4.717
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	3.576	4.717
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.910.251	2.591.793
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.910.251	2.591.793
7.08.01	Pessoal	318.473	300.774
7.08.01.01	Remuneração Direta	238.117	235.209
7.08.01.02	Benefícios	64.443	51.158
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.913	14.407
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	734.180	727.723
7.08.02.01	Federais	537.852	557.059
7.08.02.03	Municipais	196.328	170.664
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.521.152	1.053.222
7.08.03.01	Juros	875.417	659.982
7.08.03.02	Aluguéis	17.999	12.159
7.08.03.03	Outras	627.736	381.081
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	335.930	510.074
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	350.597	499.429
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-14.667	10.645
7.08.05	Outros	516	0
7.08.05.04	Resultado de operações descontinuadas	516	0

Comentário do Desempenho

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. divulga seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2025 (2T25) e ao primeiro semestre de 2025 (1S25). As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2024 (2T24) e ao primeiro semestre de 2024 (1S24).

Resultados Consolidados

Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	2T25	2T24	Var.	1S25	1S24	Var.
Concessões Rodoviárias	1.884,4	1.602,6	17,6%	3.605,4	3.180,6	13,4%
Receita de Construção	899,3	859,9	4,6%	1.656,5	1.464,9	13,1%
Ecoporto Santos	130,0	114,8	13,2%	268,3	215,4	24,6%
Ecopátio Cubatão	19,8	14,9	32,6%	31,1	31,4	-0,9%
Serviços	145,9	117,9	23,7%	283,6	232,4	22,0%
Eliminações	(145,4)	(117,5)	23,7%	(282,6)	(231,5)	22,1%
RECEITA BRUTA	2.934,0	2.592,6	13,2%	5.562,4	4.893,1	13,7%
(-) Receita de Construção	(899,3)	(859,9)	4,6%	(1.656,5)	(1.464,9)	13,1%
RECEITA BRUTA AJUSTADA	2.034,7	1.732,7	17,4%	3.905,8	3.428,2	13,9%

A receita bruta ajustada, excluindo a receita de construção, atingiu R\$2.034,7 milhões no 2T25 (+17,4%) e R\$3.905,8 milhões no 1S25 (+13,9%) devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da arrecadação de pedágio em três praças, na Ecovias Noroeste Paulista, a partir de 04 de março/25 e pela Ecovias Raposo Castello, parcialmente, a partir de 30 de março/25. A receita bruta comparável, desconsiderando a arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, apresentou aumento de 6,9% no 2T25 e 8,4% no 1S25 devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

Concessões rodoviárias: R\$1.884,4 milhões no 2T25 (+17,6%) e R\$3.605,4 milhões no 1S25 (+13,4%) devido ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello. Adicionalmente, no 2T25, a Companhia realizou a provisão de receita referente ao reajuste das tarifas de pedágio da Ecovias Sul, não aplicado pelo poder concedente, em janeiro/25, no valor de R\$19,0 milhões (R\$38,8 milhões no 1S25). A receita bruta comparável, desconsiderando a arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, apresentou aumento de 6,1% no 2T25 e 7,2% no 1S25, devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

Ecoporto Santos: R\$130,0 milhões no 2T25 (+13,2%) e R\$268,3 milhões no 1S25 (+24,6%) devido ao aumento de contratos *spot*.

Ecopátio Cubatão: R\$19,8 milhões no 2T25 (+32,6%) e R\$31,1 milhões no 1S25 (-0,9%). No 2T25, o aumento deve-se, principalmente, à renegociações contratuais.

Comentário do Desempenho

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T25	2T24	Var.	1S25	1S24	Var.
Pessoal	170,9	145,5	17,4%	318,5	300,8	5,9%
Conservação e Manutenção	74,1	69,1	7,3%	137,8	145,9	-5,5%
Serviços de Terceiros	110,5	99,1	11,5%	214,2	195,7	9,4%
Seguros, Poder Concedente e Locações	56,0	46,2	21,2%	111,8	97,5	14,6%
Outros	46,9	52,4	-10,5%	90,9	105,5	-13,9%
CUSTOS CAIXA	458,4	412,3	11,2%	873,1	845,5	3,3%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹	406,7	384,2	5,9%	793,3	785,1	1,0%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹ ex-Ecoporto Santos	336,3	319,0	5,4%	650,6	657,7	-1,1%
Custo de Construção de Obras	899,3	859,9	4,6%	1.656,5	1.464,9	13,1%
Provisão para Manutenção	32,2	35,4	-8,9%	53,3	61,2	-12,9%
Depreciação e Amortização	327,2	228,0	43,5%	630,5	444,8	41,7%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.717,0	1.535,6	11,8%	3.213,5	2.816,5	14,1%

1) Exclui custos e despesas da Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello.

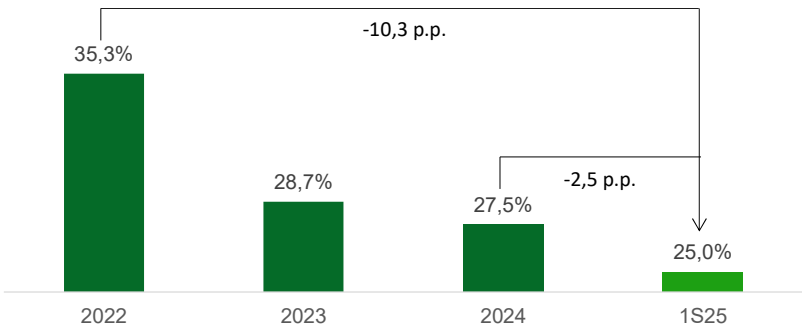
Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$1.717,0 milhões no 2T25 (+11,8%) e R\$3.213,5 milhões no 1S25 (+14,1%) devido, principalmente, ao início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello. Os custos caixa, desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização atingiram R\$458,4 milhões no 2T25 (+11,2%) e R\$873,1 milhões no 1S25 (+3,3%).

Os custos caixa ajustado, ex-Ecoporto, desconsiderando o início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello **totalizaram R\$336,3 milhões no 2T25 (+5,4%) e R\$650,6 milhões no 1S25 (-1,1%), inferior à inflação (IPCA: +5,4% nos últimos 12 meses). No 2T25**, o aumento deve-se, principalmente, ao incremento em **Pessoal**, em função do acordo coletivo de trabalho, reajuste de assistência médica acima da inflação e provisões da Ecovias Sul, devido ao encerramento previsto do contrato de concessão e aos **Serviços de Terceiros**, devido à prestação de serviços de suporte operacional e atendimento aos usuários: serviços de limpeza, ambulâncias, resgates e remoções, em razão do crescimento do tráfego de veículos. Destaca-se que a operação do Ecoporto encontra-se em regime de contrato de transição.

Custo caixa / Receita líquida ajustada (%)

No 1S25, os custos caixa/receita líquida ajustada atingiram 25,0%, redução de 2,5 p.p. em relação a 2024 (27,5%) e 10,3 p.p. em relação a 2022 (35,3%). As reduções – consecutivas – devem-se às iniciativas de eficiência operacional, transformação digital e inovação. A EcoRodovias consolidou as estruturas organizacionais por região, entre as concessões localizadas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e a integração dos Centros de Controle Operacional da Ecovias Imigrantes, Ecovias Leste Paulista e Ecovias Raposo Castello no Núcleo São Paulo de Operações. Adicionalmente, aumentou a produtividade na gestão das operações pela automatização da arrecadação de pedágio, por meio de cabines de autoatendimento, para pagamento com cartões de débito/crédito, cabines autônomas, para pagamento por meio de dinheiro e cartões de débito/crédito e pórticos free flow, para arrecadação eletrônica de pedágio sem cancela. Também realizou a implantação, pioneira, do MDF-e para a cobrança de pedágio de eixos-suspensos de caminhões não-vazios e o HS-WIM (pesagem de caminhões na velocidade da rodovia – em teste), em substituição às balanças convencionais. Novas iniciativas de transformação digital e inovação estão em constante desenvolvimento para a evolução da eficiência operacional.

Comentário do Desempenho



Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T25	2T24	Var.	1S25	1S24	Var.
Concessões Rodoviárias	419,4	366,9	14,3%	796,1	757,7	5,1%
Ecoporto Santos	70,5	65,2	8,0%	142,7	127,4	12,0%
Ecopátio Cubatão	7,1	6,5	9,9%	13,0	12,1	7,7%
Serviços e Holding	93,1	84,7	10,0%	182,1	167,7	8,6%
Eliminações	(131,7)	(110,9)	18,7%	(260,8)	(219,4)	18,8%
CUSTOS CAIXA	458,4	412,3	11,2%	873,1	845,5	3,3%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO ¹	406,7	384,2	5,9%	793,3	785,1	1,0%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO ¹ ex-Ecoporto Santos	336,3	319,0	5,4%	650,6	657,7	-1,1%
Custo de Construção de Obras	899,3	859,9	4,6%	1.656,5	1.464,9	13,1%
Provisão para Manutenção	32,2	35,4	-8,9%	53,3	61,2	-12,9%
Depreciação e Amortização	327,2	228,0	43,5%	630,5	444,8	41,7%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.717,0	1.535,6	11,8%	3.213,5	2.816,5	14,1%

1) Exclui custos e despesas da Ecocataratas, Ecovia Caminho do Mar, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello.

Os custos caixa das concessões rodoviárias totalizaram R\$419,4 milhões no 2T25 (+14,3%) e R\$796,1 milhões no 1S25 (+5,1%). Os custos caixa ajustado, desconsiderando o início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, totalizaram R\$365,1 milhões no 2T25 (+8,8%) e R\$710,1 milhões no 1S25 (+3,2%), inferior à inflação (IPCA: +5,4% nos últimos 12 meses). No 2T25, o aumento deve-se, principalmente, ao incremento em **Pessoal**, em função do acordo coletivo de trabalho, reajuste de assistência médica acima da inflação e provisões da Ecovias Sul, devido ao encerramento previsto do contrato de concessão, **Serviços de Terceiros**, devido à prestação de serviços de suporte operacional e atendimento aos usuários, em razão do crescimento do tráfego de veículos e aos serviços *intercompany* prestados pela ECS.

Os custos caixa do Ecoporto totalizaram R\$70,5 milhões no 2T25 (+8,0%) e R\$142,7 milhões no 1S25 (+12,0%). No 2T25, o aumento deve-se ao maior volume das operações de armazenagem registrado no período.

Os custos caixa do Ecopátio Cubatão totalizaram R\$7,1 milhões no 2T25 (+9,9%) e R\$13,0 milhões no 1S25 (+7,7%). No 2T25, o aumento deve-se ao incremento em Outros, em função da provisão de IPTU (não-caixa).

Os custos caixa de Serviços e Holding totalizaram R\$93,1 milhões no 2T25 (+10,0%) e R\$182,1 milhões no 1S25 (+8,6%). Os custos caixa ajustado, desconsiderando os serviços prestados para a Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, totalizaram R\$85,8 milhões no 2T25 (+6,4%) e R\$172,8 milhões no 1S25 (+6,7%). No 2T25, o aumento deve-se, principalmente, à variação em **Pessoal**, em função do acordo coletivo de trabalho e reajuste de assistência médica acima da inflação.

Comentário do Desempenho

EBITDA Ajustado

EBITDA (em milhões de R\$)	2T25	2T24	Var.	1S25	1S24	Var.
Lucro Líquido - Acionistas controladores	203,9	268,1	-23,9%	350,6	499,4	-29,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(4,7)	4,5	n.m.	(14,7)	10,6	n.m.
Lucro Líquido	199,3	272,5	-26,9%	335,9	510,1	-34,1%
(+) Depreciação e Amortização	327,2	228,0	43,5%	630,5	444,8	41,7%
(+) Resultado Financeiro	614,2	402,5	52,6%	1.237,8	815,0	51,9%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	189,8	207,5	-8,5%	360,1	403,5	-10,8%
EBITDA¹	1.331,0	1.110,6	19,9%	2.564,8	2.173,4	18,0%
(+) Provisão para Manutenção	32,2	35,4	-8,9%	53,3	61,2	-12,9%
EBITDA AJUSTADO²	1.363,2	1.145,9	19,0%	2.618,2	2.234,7	17,2%
MARGEM EBITDA AJUSTADA²	74,9%	73,8%	1,1 p.p.	75,1%	72,7%	2,4 p.p.

1) EBITDA calculado conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

O EBITDA ajustado atingiu R\$1.363,2 milhões no 2T25 (+19,0%) e R\$2.618,2 milhões no 1S25 (+17,2%). No 2T25, o aumento deve-se, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castelo. O EBITDA ajustado desconsidera a receita e o custo de construção e a provisão para manutenção. A margem EBITDA ajustada atingiu 74,9% no 2T25 (+1,1 p.p.) e 75,1% no 1S25 (+2,4 p.p.). Destaque para a margem EBITDA ajustada das concessões rodoviárias no 2T25: 75,8% e 75,9% no 1S25. O EBITDA comparável, desconsiderando a arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castelo, apresentou aumento de 6,1% no 2T25 e 10,1% no 1S25 devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

EBITDA Ajustado por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	2T25	Margem	2T24	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	1.306,9	75,8%	1.099,6	75,0%	18,8%
Ecoporto Santos	21,3	23,2%	24,1	28,0%	-11,7%
Serviços e Holding	25,6	19,5%	15,7	14,9%	62,8%
Ecopátio Cubatão	9,5	57,1%	6,5	50,5%	46,1%
EBITDA AJUSTADO¹	1.363,2	74,9%	1.145,9	73,8%	19,0%
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA²	1.818,9		1.553,8		17,1%

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

2) Exclui Receita de Construção.

EBITDA (em milhões de R\$)	1S25	Margem	1S24	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	2.505,0	75,9%	2.152,9	74,0%	16,4%
Ecoporto Santos	47,0	24,8%	36,5	22,7%	28,9%
Serviços e Holding	52,5	20,6%	30,3	14,5%	73,5%
Ecopátio Cubatão	13,7	51,3%	15,0	55,7%	-8,8%
EBITDA AJUSTADO¹	2.618,2	75,1%	2.234,7	72,7%	17,2%
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA²	3.487,7		3.075,4		13,4%

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

2) Exclui Receita de Construção.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	2T25	2T24	Var.	1S25	1S24	Var.
Juros sobre Debêntures	(482,8)	(358,5)	34,7%	(920,4)	(754,1)	22,0%
Variação Monetária sobre Debêntures	(140,2)	(74,2)	88,9%	(367,2)	(189,4)	93,9%
Juros sobre Financiamentos	(56,1)	(45,7)	22,6%	(111,5)	(91,7)	21,6%
Efeitos Financeiros sobre Direito de Outorga	(35,5)	(29,7)	19,5%	(82,7)	(62,2)	32,9%
Variação Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(35,1)	(12,5)	181,7%	(63,5)	(26,9)	135,7%
Receitas de Aplicações Financeiras	118,2	88,6	33,3%	244,0	213,3	14,4%
Ajuste a Valor Presente	(10,0)	(8,7)	14,4%	(17,8)	(16,0)	10,9%
Outros Efeitos Financeiros	24,8	34,7	-28,7%	75,4	108,6	-30,6%
Variação monetária de ativo sujeito à indenização	2,5	3,5	-28,4%	5,9	3,5	68,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(614,2)	(402,5)	52,6%	(1.237,8)	(815,0)	51,9%

O resultado financeiro apresentou aumento de R\$211,7 milhões no 2T25 (+52,6%) e R\$422,8 milhões no 1S25 (+51,9%).

Abaixo, as principais variações entre os trimestres:

- Juros sobre debêntures:** +R\$124,4 milhões devido ao aumento do CDI.
- Variação monetária sobre debêntures:** +R\$66,0 milhões em função do aumento do endividamento em debêntures indexadas ao IPCA e à variação do índice, cujo pagamento é realizado na amortização/liquidação de principal.
- Juros sobre financiamentos:** +R\$10,3 milhões devido aos desembolsos dos empréstimos do BNDES para a Ecovias Araguaia e Ecovias Norte Minas.
- Efeitos financeiros sobre direito de outorga:** +R\$5,8 milhões (não-caixa) devido ao aumento do IPCA.
- Receita de aplicações financeiras:** +R\$29,6 milhões devido ao aumento do CDI.
- Outros efeitos financeiros:** variação devido, principalmente, à redução dos juros capitalizados.
- Variação monetária de ativo sujeito à indenização:** refere-se ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos do Ecoporto.

Os juros pagos totalizaram R\$613,3 milhões no 2T25 (-23,5%) e R\$1.094,6 milhões no 1S25 (-3,0%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$189,8 milhões no 2T25 (-8,5%) e R\$360,1 milhões no 1S25 (-10,8%).

Os impostos pagos totalizaram R\$171,1 milhões no 2T25 (-4,5%) e R\$311,0 milhões no 1S25 (-10,5%).

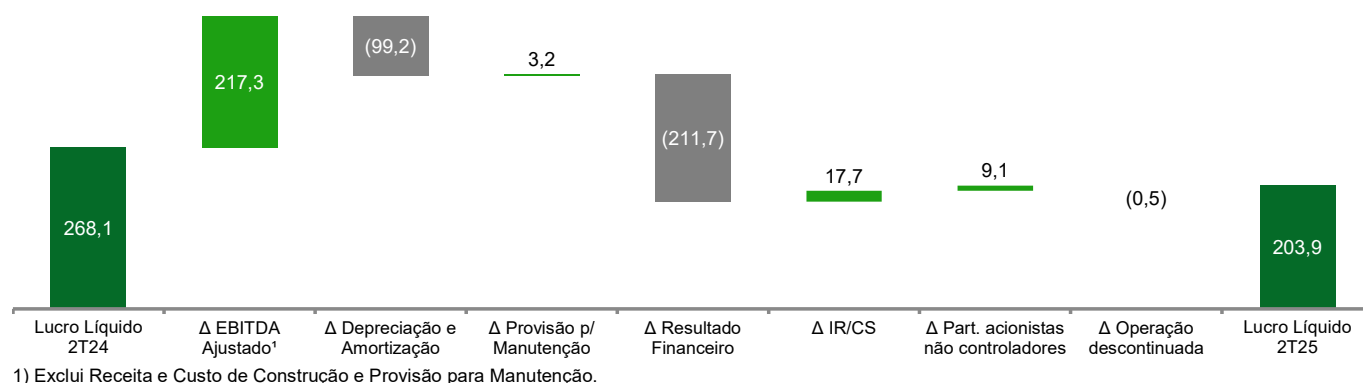
Lucro (Prejuízo) Líquido

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R\$)	2T25	2T24	Var.	1S25	1S24	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido	199,3	272,5	-26,9%	335,9	510,1	-34,1%
Lucro Líquido - Acionistas controladores	203,9	268,1	-23,9%	350,6	499,4	-29,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(4,7)	4,5	n.m.	(14,7)	10,6	n.m.
(+) Operação descontinuada ¹	0,5	-	n.m.	0,5	-	n.m.
LUCRO LÍQUIDO	199,8	272,5	-26,7%	336,4	510,1	-34,0%

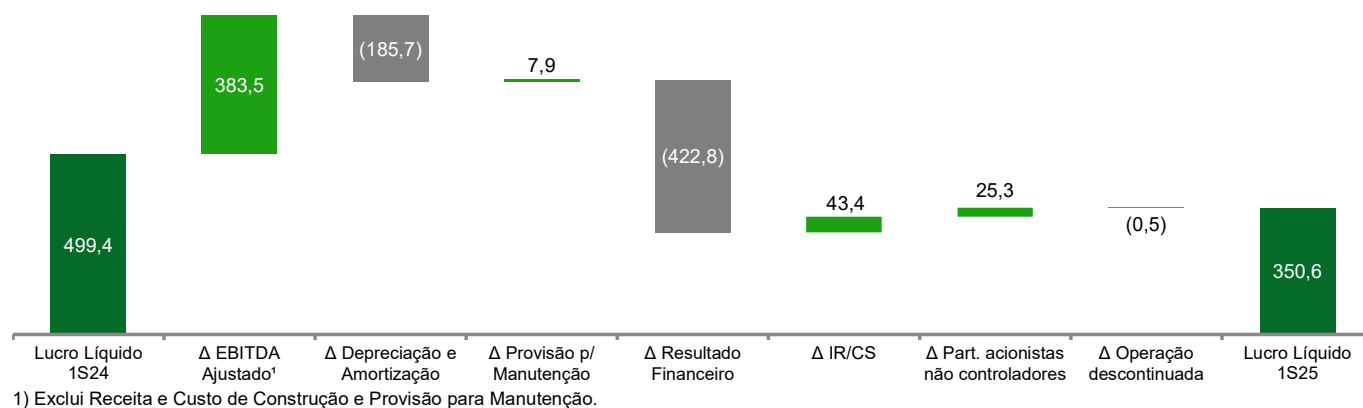
1) Obrigações contratuais previstas no contrato de compra e venda da Elog.

Comentário do Desempenho

Evolução do Lucro Líquido atribuído aos acionistas controladores (em milhões de R\$)



O sólido desempenho operacional impulsionou o EBITDA ajustado, enquanto os investimentos em ampliação da capacidade, melhorias das concessões rodoviárias, somados ao cenário de juros elevados, impactaram o resultado líquido do período. O lucro líquido, atribuído aos acionistas controladores, totalizou R\$203,9 milhões no 2T25 (-23,9%) devido ao aumento da depreciação e amortização, em razão do incremento da base de ativos (intangível) e do resultado financeiro, em função do aumento do endividamento, taxa de juros e IPCA.



No 1S25, o lucro líquido, atribuído aos acionistas controladores, totalizou R\$350,6 milhões (-29,8%).

Endividamento e Disponibilidade Financeira

A dívida bruta atingiu R\$22.912,4 milhões em junho de 2025, redução de 0,5% em relação a março/25.

Em junho/25, a **Ecovias Rio Minas** assinou o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, no valor de R\$500,0 milhões, ao custo de IPCA+2,93% a.a. Os pagamentos da remuneração serão realizados trimestralmente, entre junho/2025 e janeiro/2027. A partir de fevereiro/2027, os pagamentos da remuneração e as amortizações serão realizadas mensalmente, até julho/2047.

Em abril/25, a **Ecovias Sul** emitiu R\$70,0 milhões em debêntures, ao custo de CDI+0,80% a.a. e vencimento em fevereiro/2026.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo totalizou R\$3.167,2 milhões em junho de 2025, redução de 22,2% em relação ao saldo de março/25 (R\$4.069,8 milhões).

Comentário do Desempenho

A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado encerrou junho de 2025 em 3,9x, estável em relação a março/25 (3,9x). A alavancagem normalizada (pro forma), considerando o EBITDA ajustado anualizado da Ecovias Raposo Castello, atingiria 3,6x no 2T25.

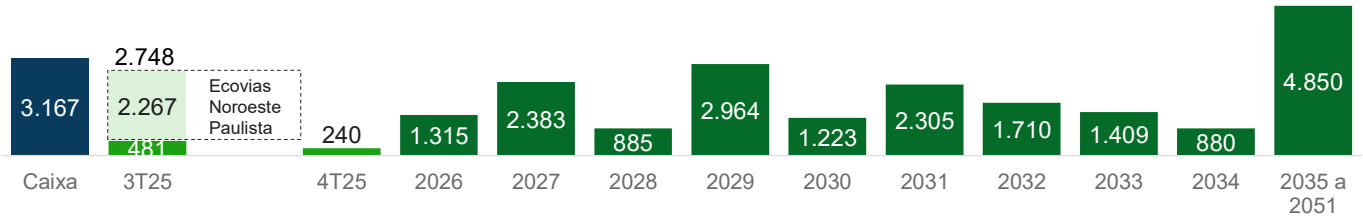
A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da EcoRodovias Concessões e Serviços encerrou junho de 2025 em 3,9x, estável em relação a março/25 (3,9x).

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/06/2025	31/03/2025	Var.
Curto Prazo	4.109,6	3.729,4	10,2%
Longo Prazo	18.802,8	19.291,3	-2,5%
Dívida Bruta Total ¹	22.912,4	23.020,7	-0,5%
(-) Caixa e equivalentes	3.167,2	4.069,8	-22,2%
Dívida Líquida	19.745,2	18.950,9	4,2%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA Ajustado² UDM³	3,9x	3,9x	0,0x

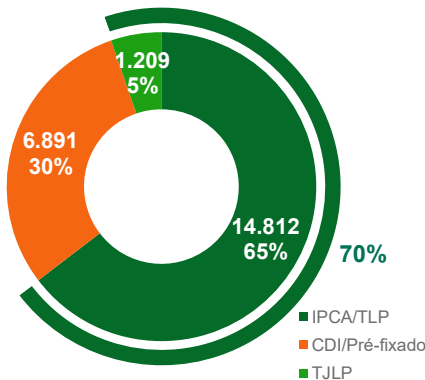
1) Não considera as Obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.
2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.
3) UDM = últimos 12 meses.

Cronograma de amortização da dívida bruta em 30/06/2025 (em milhões de R\$):

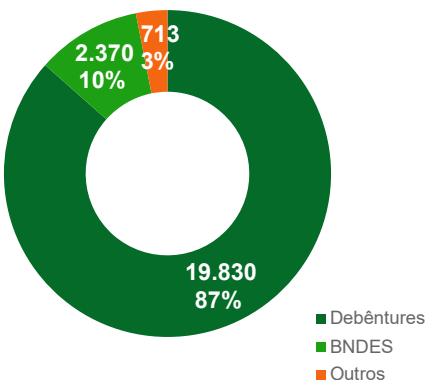
No 3T25, os vencimentos totalizam R\$2.747,8 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias: R\$2.685,4 milhões, sendo R\$2.267,0 milhões na Ecovias Noroeste Paulista e R\$418,4 milhões em outras e entre a holding/subholdings: R\$62,4 milhões. No 4T25, os vencimentos totalizam R\$240,5 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias: R\$143,4 milhões e entre a holding/subholdings: R\$97,1 milhões. O vencimento do empréstimo-ponte da Ecovias Noroeste Paulista, previsto para setembro/2025, será liquidado por meio do financiamento de longo prazo, atualmente, em fase avançada de estruturação.



Dívida Bruta – 30/06/2025
por indexador (em R\$ milhões e %)



Dívida Bruta – 30/06/2025
por instrumento (em R\$ milhões e %)



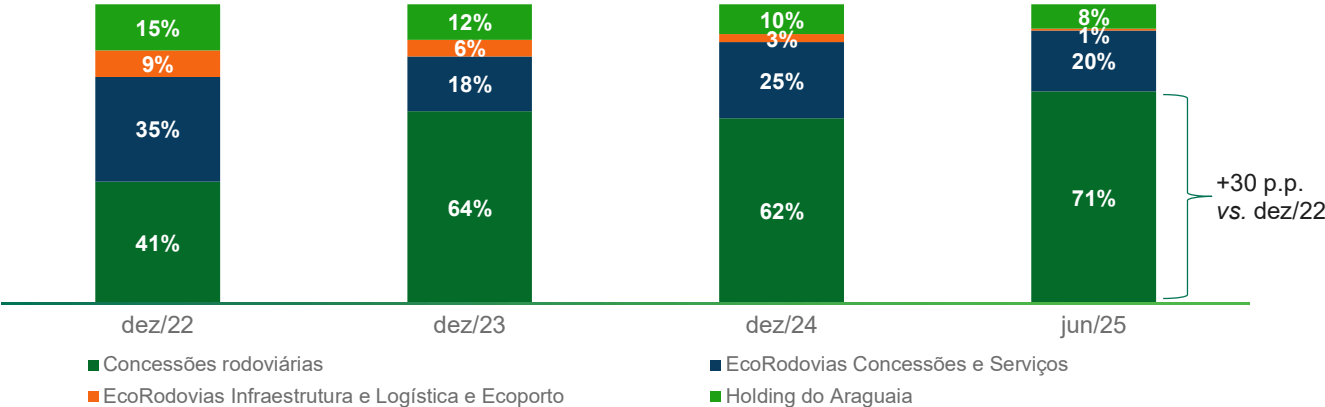
Comentário do Desempenho

Financiamentos contratados, a serem desembolsados, de acordo com a execução do *capex* – em 30/06/2025 (em milhões de R\$)

Financiamentos contratados por concessão (em milhões de R\$)	Valor do contrato	Valor desembolsado	Valor a desembolsar
Ecovias Norte Minas - BNDES	996,4	774,0	222,3
Ecovias Minas Goiás - BNDES	432,7	418,0	23,8
Ecovias Minas Goiás - BDMG	120,0	118,3	1,7
Ecovias Minas Goiás - FINISA	350,0	326,4	23,6
Ecovias Minas Goiás - FDCO	200,0	186,5	13,5
Ecovias Araguaia - BNDES	3.160,0	648,4	2.511,6
Ecovias Araguaia - Banco da Amazônia	461,0	206,4	254,6
Ecovias Rio Minas - BNDES (Finem)	663,4	-	663,4
Ecovias Rio Minas - BNDES (debêntures)	7.320,6	1.350,0	5.970,6
Ecovias Rio Minas - Banco do Nordeste	500,0	-	500,0
Total	14.204,0	4.027,9	10.185,2

Liability management (Alocação da dívida líquida)

A partir de 2023, a EcoRodovias otimizou a estrutura de capital aumentando a participação da dívida nas concessões rodoviárias. No 2T25, a dívida líquida das concessões rodoviárias atingiu 71% da dívida líquida consolidada (+30 p.p. vs. dez/22) e das *holdings*, 29%.



Comentário do Desempenho

Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX ¹ (em milhões de R\$)	2T25			1S25		
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	Total	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	Total
Concessões Rodoviárias	1.094,3	65,8	1.160,1	1.989,7	94,4	2.084,0
Ecovias Imigrantes	88,2	2,9	91,1	145,6	4,5	150,1
Ecovias Leste Paulista	59,5	3,9	63,4	97,4	5,6	103,0
Ecovias Sul	11,2	16,7	28,0	24,9	24,8	49,7
Ecovias 101	51,7	15,1	66,8	111,4	22,9	134,2
Ecovias Ponte	20,3	0,6	20,9	28,6	1,1	29,7
Ecovias Norte Minas	138,8	5,9	144,6	251,1	8,8	259,8
Ecovias Minas Goiás	41,5	13,3	54,8	85,7	18,7	104,4
Ecovias Cerrado	74,2	7,4	81,6	157,8	8,0	165,8
Ecovias Araguaia	56,8	-	56,8	99,2	-	99,2
Ecovias Rio Minas	372,9	-	372,9	564,9	-	564,9
Ecovias Noroeste Paulista	163,4	-	163,4	355,7	-	355,7
Ecovias Raposo Castello	15,8	-	15,8	67,5	-	67,5
Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão	3,8	-	3,8	7,3	-	7,3
Outros ²	21,5	-	21,5	45,7	-	45,7
Eliminações	(13,5)	-	(13,5)	(21,6)	-	(21,6)
CAPEX	1.106,2	65,8	1.171,9	2.021,1	94,4	2.115,4
Outorga ao Poder Concedente - Ecovias Raposo Castello	-	-	-	2.268,2	-	2.268,2
Total	1.106,2	65,8	1.171,9	4.289,3	94,4	4.383,7

1) Considera investimentos contratuais, investimentos não contratuais (pleitos e melhorias) e capitalização de encargos financeiros.

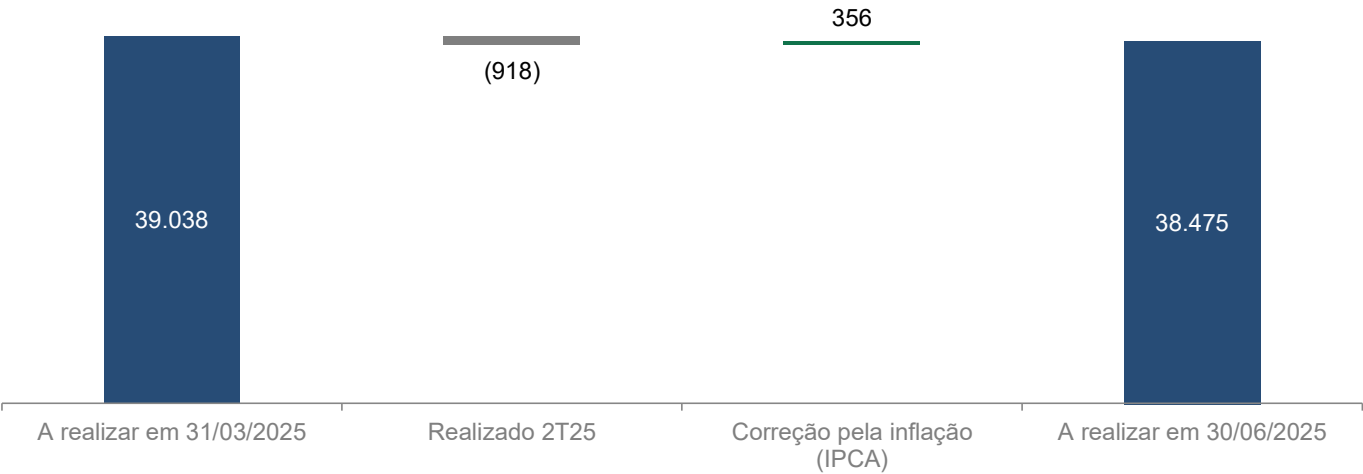
2) Considera Serviços e Holding.

No 2T25, o capex realizado totalizou R\$1.171,9 milhões e no 1S25, R\$2.115,4 milhões. No 2T25, os investimentos destinaram-se, principalmente, às: obras de ampliação da capacidade, melhorias e conservação especial de pavimento na Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Rio Minas e Ecovias Norte Minas. Considerando a outorga ao poder concedente, pela Ecovias Raposo Castello, os investimentos totalizaram R\$4.383,7 milhões no 1S25.

Adicionalmente, a Companhia destaca as seguintes **entregas de obras de ampliação da capacidade e melhorias das concessões rodoviárias**: a **Ecovias Norte Minas** entregou 6,8 km de duplicações, 3,6 km de vias marginais, três dispositivos de retornos e duas melhorias de acesso no trecho entre os municípios de Montes Claros/MG e Bocaiúva/MG, 2,3 km de duplicações, 0,9 km de vias marginais e melhorias de acesso no perímetro urbano de São José de Lagoa/MG e no perímetro rural de Engenheiro Navarro/MG, entregou 1,5 km de faixas adicionais e melhorias de acesso. Adicionalmente, estão em andamento, obras de ampliação da capacidade e melhorias de acesso na **Ecovias Rio Minas, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Norte Minas**.

Comentário do Desempenho

Evolução do capex contratual a realizar das concessões rodoviárias (em milhões de R\$)



Nota: Não considera juros capitalizados, outros investimentos não contratuais, investimentos da Ecovias Raposo Castello e as novas condições de investimentos contratuais da Ecovias 101 – cuja assinatura do aditivo contratual está prevista para setembro/25.

No 2T25, o capex contratual a realizar totalizou R\$38.475,1 milhões, redução de 1,4% em relação ao trimestre anterior.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura”, “Companhia” ou “EIL”) é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionados às respectivas atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui doze concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) distribuídos em oito estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo – SP. A controladora final do Grupo EcoRodovias, é a Aurélia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália.

As controladas diretas e indiretas da Companhia (“Grupo EcoRodovias” ou “Grupo”) estão sumarizadas nas Notas 2.1 e 11.

1.1 Principais eventos ocorridos no trimestre findo em 30 de junho de 2025.

Emissões e pagamentos de dívidas

As principais emissões de dívida no trimestre findo em 30 de junho de 2025, estão identificadas abaixo, sendo todas debêntures. Para mais informações ver Nota 16.

Companhia	Emissão	Série	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Valor Nominal
Ecovias Sul	7 ^a	Única	28/04/2025	28/02/2026	CDI+0,80% a.a.	70.000

Os principais pagamentos de dívida no trimestre findo em 30 de junho de 2025, estão identificados abaixo. Para mais informações ver Notas 15 e 16.

Companhia	Instituição	Valor pago (principal, variação e juros)
Ecovias 101	BNDES	16.804
Ecovias Ponte	BNDES	9.195
Ecovias Minas Goiás	BDMG	3.117
Ecovias Minas Goiás	BNDES	11.192
Ecovias Minas Goiás	CEF	18.515
Ecovias Norte Minas	BNDES	17.937
Ecovias do Araguaia	BASA	3.945
Ecovias do Araguaia	BNDES	11.847
		<u>92.552</u>

Companhia	Debênture (Emissão)	Valor pago (principal, variação e juros)
Ecovias Sul	5 ^a , 6 ^a	164.644
Ecovias Minas Goiás	1 ^a	12.279
Ecovias Noroeste Paulista	1 ^a , 2 ^a	153.056
ECS	7 ^a , 8 ^a , 12 ^a , 13 ^a , 14 ^a	512.912
Holding Araguaia	1 ^a	97.297
		<u>940.188</u>

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)” e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024”), publicadas no dia 19 de março de 2025 no jornal Valor Econômico (versão impressa e on-line) e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.gov.br/cvm, www.b3.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

2.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas abaixo:

Controladas	Participação em 30/06/2025	Objetivos principais
<u>Diretas</u>		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”)	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL 01 Participações S.A. (“EIL 01”)	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A. (“Ecoporto”)	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. (“Termares”)	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
EIL 04 S.A. (“EIL 04”)	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL 06 S.A. (“EIL 06”)	100%	Participação em outras sociedades na qualidade de sócia e acionista.
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (“Ecopátio”)	100%	Administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
<u>Indiretas</u>		
CECM Concessão S.A. (“CECM”)	100%	Exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário e participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (“Ecovias Sul”)	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias Imigrantes”)	100%	Concessão Rodoviária
RDC Concessões S.A. (“RDC”)	100%	Exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário e participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecovias Leste Paulista”)	100%	Concessão Rodoviária
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Ecovias 101”)	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (“Ecovias Ponte”)	100%	Concessão Rodoviária
Eco050 Concessionária de Rodovias S.A. (“Ecovias Minas Goiás”)	100%	Concessão Rodoviária
EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. (“Ecovias Rio Minas”)	100%	Concessão Rodoviária
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (“Ecovias Norte Minas”)	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. (“Ecovias Cerrado”)	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária de Rodovias Noroeste Paulista S.A. (“Ecovias Noroeste Paulista”)	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. (“Ecovias Araguaia”)	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias Raposo Castelo S.A. (“Ecovias Raposo Castelo”)	100%	Concessão Rodoviária
Holding do Araguaia S.A. (“Holding do Araguaia”)	65%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista.
Argovias Administração e Participações S.A. (“Argovias”)	100%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista
EIL 05 S.A. (“EIL 05”)	100%	Participação em outras sociedades na qualidade de sócia e acionista.
Ecorodovias Desenvolvimento de Negócios Ltda. (“EDN”)	100%	Empreendimentos imobiliários, participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

Notas Explicativas

2.2 Aprovação das Informações Trimestrais

Em 29 de julho de 2025, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Informações Trimestrais e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 30 de julho de 2025.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETRAÇÕES DE NORMAS

A Administração da Companhia, avaliou as novas normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2025, e concluiu que não há impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia.

4. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	8	8	31.759	28.019
Equivalentes de caixa				
Fundos de investimento (a)	1.644	3.202	1.230.892	2.152.421
Operações compromissadas (b)	3.243	-	116.039	18.879
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	1.004.181	97.505
Aplicações automáticas (d)	168	244	27.028	40.778
	5.063	3.454	2.409.899	2.337.602

(a) Em 30 de junho de 2025 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 23,43% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 76,57% aplicações em Cotas de Fundos. (Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 60,5% aplicações em Cotas de Fundos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 101,9% em 30 de junho de 2025 (100,7% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 90% do CDI em 30 de junho de 2025 (91,4% em 31 de dezembro de 2024), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.

(c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 101,9 do CDI em 30 de junho de 2025 (100,9% em 31 de dezembro de 2024), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

(d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

Notas Explicativas

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Cotas Fundo BTG CDB Plus (a)	471	2.055	352.743	1.381.275
Cotas Fundo – FIDC_ECO (b)	31	39	23.463	26.344
	<u>502</u>	<u>2.094</u>	<u>376.206</u>	<u>1.407.619</u>

(a) Em 30 de junho de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e Plus). Este fundo aplica os recursos em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 101,9% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária.

(b) Em 30 de junho de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 101,9% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento.

No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para adiantar valores aos nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Informações Trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura “Fornecedores - FIDC” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 30 de junho de 2025, o valor antecipado em favor dos fornecedores é de R\$11.541.

A redução nos saldos de aplicações financeiras, deve-se principalmente à liquidação de debêntures e investimentos no desenvolvimento de ativos.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

	30/06/2025	31/12/2024
Fundos de investimento	320.795	237.507
Certificado de depósito bancário (CDB)	60.334	55.666
Conta corrente – Reserva	-	47
	<u>381.129</u>	<u>293.220</u>
Circulante	195.426	123.390
Não circulante	185.703	169.830

O aumento nos saldos de aplicações financeiras – Conta Reserva é devido ao aumento no saldo de debêntures conforme descrito na Nota 16.

Notas Explicativas

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	30/06/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico	496.739	407.320
Receitas acessórias	13.089	16.391
Recebíveis de portos	28.109	24.238
Receita armazenada	15.621	21.022
Outras contas a receber	35.670	20.912
Venda de terrenos e fibra óptica	5.045	7.182
Desconto de Usuário Frequente (DUF) a receber	5.741	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(6.838)	(11.227)
	<u>593.176</u>	<u>485.838</u>

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	30/06/2025	31/12/2024
A vencer	589.647	482.765
Vencidos:		
Até 30 dias	4.953	3.870
De 31 a 90 dias	257	1.096
De 90 a 120 dias	46	1.002
Acima de 120 dias	5.111	8.332
	<u>600.014</u>	<u>497.065</u>

A movimentação do período nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/06/2025	30/06/2024
Saldo no início do período	(11.227)	(7.133)
Valores recuperados	2.956	2.148
Valores baixados	3.355	-
Constituição de PECLD	(1.922)	(5.137)
Saldo no fim do período	<u>(6.838)</u>	<u>(10.122)</u>

9. OUTROS CRÉDITOS – CONSOLIDADO

9.1 Poder concedente

	30/06/2025	31/12/2024
Ecovias Araguaia	1.582.158	1.474.470
Ecovias Rio Minas	22.547	33.981
Ecovias Noroeste Paulista	4.342	3.076
	<u>1.609.047</u>	<u>1.511.527</u>

9.2 Ativo sujeito a indenização

	30/06/2025	31/12/2024
Ativo financeiro	336.954	331.081
Residual ativo imobilizado	2	8
	<u>336.956</u>	<u>331.089</u>

Notas Explicativas

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

A natureza dos depósitos judiciais é:

<u>Natureza:</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cível	14.654	13.783
Tributário	5.952	5.837
Trabalhista	10.292	11.815
Desapropriações	29.453	28.706
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i>	102.580	99.896
Órgão Regulador	27.231	26.381
	<u>190.162</u>	<u>186.418</u>

Em 30 de junho de 2025, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS

11.1 Controladora

	31/12/2024	Dividendos propostos	Redução de capital	Equivalência patrimonial	30/06/2025
ECS	3.615.266	(90.939)	-	359.270	3.883.597
Ecoporto	297.475	-	(30.000)	29.471	296.946
Termares	22.647	-	(10.000)	5.409	18.056
EIL 01	19	-	-	-	19
EIL 04	-	-	-	-	-
EIL 06	8	-	-	(1)	7
Ecopátio	47.055	-	-	8.992	56.047
Lucros não realizados - Ecovias 101	(683)	-	-	27	(656)
	<u>3.981.787</u>	<u>(90.939)</u>	<u>(40.000)</u>	<u>403.168</u>	<u>4.254.016</u>

11.2 Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2024	Amortização	30/06/2025
Ágio – Ecovias Sul	641	(257)	384
	<u>641</u>	<u>(257)</u>	<u>384</u>

11.3 Dividendos a receber:

	31/12/2024	Propostos	Recebidos	30/06/2025
ECS	238.766	90.939	(305.000)	24.705
EIL-01	6	-	-	6
	<u>238.772</u>	<u>90.939</u>	<u>(305.000)</u>	<u>24.711</u>

Notas Explicativas

11.4 A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de junho de 2025:

	Ativo total	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro/(prejuízo) líquido do período
<u>Controladas diretas</u>					
EIL 01	28	9	19	-	-
ECS	10.110.941	6.227.343	3.883.598	253.958	359.271
Ecoporto	585.106	288.160	296.946	158.327	29.471
Termares	72.767	54.711	18.056	31.191	5.408
EIL 04	-	-	-	-	-
EIL 06	7	-	7	-	(1)
Ecopátio	95.683	39.636	56.047	26.703	8.992
<u>Controladas indiretas</u>					
CECM	10.013	8.111	1.902	-	33
Ecovias Sul	389.166	290.140	99.026	323.062	73.322
Ecovias Imigrantes	4.016.160	3.586.003	430.157	914.940	263.299
RDC	18.742	17.117	1.625	-	(846)
Ecovias Leste Paulista	1.879.753	1.401.299	478.454	360.782	45.028
Ecovias 101	2.002.727	621.982	1.380.745	215.978	(28.333)
Ecovias Ponte	780.764	577.167	203.597	114.603	7.740
Ecovias Minas Goiás	2.390.046	1.213.094	1.176.952	261.983	13.702
Ecovias Rio Minas	3.119.663	1.746.667	1.372.996	938.327	184.411
Ecovias Norte Minas	3.483.811	2.813.815	669.996	414.369	(9.580)
Ecovias Cerrado	1.731.253	905.203	826.050	242.296	(931)
Ecovias Noroeste Paulista	3.130.652	2.445.585	685.067	718.597	113.995
Ecovias Raposo Castello	2.466.556	2.313.305	153.251	138.589	17.528
Ecovias Araguaia	5.320.801	3.344.607	1.976.194	312.021	48.015
Holding do Araguaia	2.357.796	1.609.398	748.398	-	(41.906)
Argovias	1.177.249	1	1.177.248	-	13.697
EIL 05	19.723	164	19.559	-	144
EDN	35.096	626	34.470	1.122	1.096

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	12,6	3,8	6,3	-	4,0	0,6	13,7	6,9	4,3	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2024	965.173	396.991	44.190	8.118	80.520	259.317	28.622	70.253	9.377	1.862.561
Adições (a)	84.939	10.459	1.608	-	-	1.293	2.713	3.444	103	104.559
Baixas	(165)	-	(3)	-	-	-	(61)	-	-	(229)
Transferências	67.842	10.618	(3)	-	10	-	-	-	(10)	78.457
Saldos em 30/06/2025	1.117.789	418.068	45.792	8.118	80.530	260.610	31.274	73.697	9.470	2.045.348
DEPRECIAÇÃO										
Saldos em 31/12/2024	(549.929)	(313.452)	(24.768)	-	(63.238)	(247.293)	(19.178)	(38.516)	(6.679)	(1.263.053)
Adições	(67.570)	(7.780)	(1.420)	-	(1.610)	(659)	(2.006)	(2.417)	(203)	(83.665)
Baixas	163	-	3	-	-	-	60	-	-	226
Transferências	(2)	(208)	3	-	-	-	-	-	-	(207)
Saldos em 30/06/2025	(617.338)	(321.440)	(26.182)	-	(64.848)	(247.952)	(21.124)	(40.933)	(6.882)	(1.346.699)
RESIDUAL										
Em 30/06/2025	500.451	96.628	19.610	8.118	15.682	12.658	10.150	32.764	2.588	698.649
Em 31/12/2024	415.244	83.539	19.422	8.118	17.282	12.024	9.444	31.737	2.698	599.508

(a) A principal adição na rubrica "Hardwares" no ano de 2025 refere-se a: projeto de implantação de fibra ótica.

Em 30 de junho de 2025, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures, não existem garantias dessa natureza.

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Contratos de concessão (a)	Ágio Ecovias Sul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	10,4	-	4,2	(d)	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2024	24.526.031	8.561	318.775	2.910.351	1.598	515.872	28.281.188
Adições	3.036.236	-	27.546	1.198.761	-	73.917	4.336.460
Baixas	(1.291.974)	-	(1)	(33.471)	(14)	(29.987)	(1.355.447)
Transferências	881.685	-	7.121	(960.275)	-	-	(71.469)
Saldos em 30/06/2025	27.151.978	8.561	353.441	3.115.366	1.584	559.802	31.190.732
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2024	(6.461.247)	(7.784)	(210.426)	-	(1.270)	(289.523)	(6.970.250)
Adições	(468.392)	(257)	(17.601)	-	(33)	(60.555)	(546.838)
Baixas	1.291.145	-	-	-	14	28.794	1.319.953
Transferências	(6.780)	-	(1)	-	-	-	(6.781)
Saldos em 30/06/2025	(5.645.274)	(8.041)	(228.028)	-	(1.289)	(321.284)	(6.203.916)
RESIDUAL							
Em 30/06/2025	21.506.704	520	125.413	3.115.366	295	238.518	24.986.816
Em 31/12/2024	18.064.784	777	108.349	2.910.351	328	226.349	21.310.938

Notas Explicativas

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de junho de 2025, as principais adições nesta rubrica referem-se a: consultorias, pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização, outros, implantação de infraestrutura e Ônus de Concessão da Ecovias Raposo Castello (R\$2.268.212).
- (b) As taxas médias de amortização em 30 de junho de 2025 foram de 3,66% a.a. (3,06% a.a. em 30 de junho de 2024).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de junho de 2025 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, capitalização de encargos e custos iniciais da Ecovias Raposo Castello.
- (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos. As adições referem-se a novos contratos de locações de equipamentos, veículos, imóveis, CODESP e *software*.

No período findo em 30 de junho de 2025, foram capitalizados R\$171.060 referentes a encargos financeiros (R\$195.522 em 30 de junho de 2024) de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

Notas Explicativas

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 Tributos diferidos - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2024	Adições	Baixas	30/06/2025	30/06/2025
Realização do ágio na incorporação:					
Ecovias Sul	454	-	(181)	273	(181)
Ecopátio	1.446	-	(144)	1.302	(144)
Argovias	14.045	-	(1)	14.044	(1)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	30.688	4.181	(1.174)	33.695	3.007
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	348.435	21.661	(311)	369.785	21.350
Provisão para manutenção	83.024	16.462	(19.231)	80.255	(2.769)
AVP ônus Concessão	21.248	19.208	(19.130)	21.326	78
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	1.789	206	(1.633)	362	(1.427)
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(25.119)	-	1.659	(23.460)	1.659
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(212.302)	(48.088)	4.213	(256.177)	(43.875)
Direito reequilíbrio	(21.604)	11.640	(14.204)	(24.168)	(2.564)
Outros	1.217	138	(33)	1.322	105
Lucro diferido (b)	(7.324)	1.839	224	(5.261)	2.063
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	234.465	27.247	(49.946)	211.766	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					(22.699)

(a) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: ECS, Termares, Ecovias Norte Minas, Ecovias Cerrado e EDN. No período findo em 30 de junho de 2025, a controlada direta ECS não efetuou o registro de novos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, devido a mudanças na expectativa de recuperabilidade. Porém, mesmo não havendo o registro contábil, fiscalmente o direito ao crédito permanece e não tem data de expiração, conforme determina a legislação brasileira. Em havendo novamente expectativa de recuperabilidade futura, a Companhia procederá com o registro contábil.

(b) Lucro diferido - Ecovias Araguaia, Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Rio Minas e Ecovias Raposo Castello.

A Companhia possui em 30 de junho de 2025 R\$373.761 no ativo não circulante e R\$161.995 no passivo não circulante (R\$368.132 no ativo não circulante e R\$133.667 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024), e registrou débito de R\$22.699 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período.

Notas Explicativas

14.2 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	351.113	499.429	696.522	913.550
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(119.378)	(169.806)	(236.817)	(310.607)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(6.262)	(3.854)
Gratificações/PPR diretores	(796)	(859)	(1.828)	(2.473)
Equivalência patrimonial	137.077	192.296	-	-
Despesas indedutíveis	(5)	(6)	(283)	(386)
Amortização de ágio	(87)	(87)	(580)	(1.753)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	1.691	1.465
Créditos tributários não constituídos (a)	(16.686)	(21.703)	(136.705)	(98.642)
Operações descontinuadas	175	-	175	-
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	-	(137)	(216)	(3.362)
Capitalização juros s/investimentos	-	-	5.006	14.104
Outros	(300)	302	15.743	2.032
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(360.076)	(403.476)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(337.377)	(370.535)
Impostos diferidos	-	-	(22.699)	(32.941)
Taxa efetiva	-	-	51,7%	44,2%

(a) São compostos pela Companhia e pelas controladas ECS, Ecoporto, Termares, CECM, RDC e Ecovias 101.

14.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A movimentação do período do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024
Saldo no início do período provisão IR/CS	129.714	158.019
Despesa IR/CS DRE	337.377	370.535
Total de IR/CS pagos	(311.033)	(347.647)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	156.058	180.907

Notas Explicativas

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

Modalidade	30/06/2025	31/12/2024
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2.358.589	2.351.808
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	407.071	415.209
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	104.122	105.072
CCB - FNO	201.407	201.924
Outros	10.928	10.226
	<u>3.082.117</u>	<u>3.084.239</u>
Circulante	166.830	154.266
Não circulante	2.915.287	2.929.973

A movimentação do período dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	30/06/2025	30/06/2024
Saldo no início do período	3.084.239	2.462.598
Adições (custo)	(2.507)	51.554
Encargos financeiros (Nota 27)	175.019	118.645
Pagamento principal	(65.915)	(55.543)
Pagamento de juros	(108.719)	(89.339)
Saldo no fim do período	<u>3.082.117</u>	<u>2.487.915</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/06/2025	31/12/2024
2026	87.349	159.923
2027	173.686	171.259
2028	186.741	184.119
2029	169.917	167.409
2030	163.039	160.548
Posteriores a 2030	<u>2.134.555</u>	<u>2.086.715</u>
	<u>2.915.287</u>	<u>2.929.973</u>

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“covenants”). Os referidos índices são medidos semestralmente ou anualmente conforme cada contrato. As controladas da Companhia estão adimplentes com os índices financeiros (“covenants”) dos referidos contratos, exceto pelo “ICSD – índice de cobertura do serviço da dívida”, da controlada Ecovias 101. O não cumprimento do referido índice não gera vencimento antecipado da dívida, apenas limita a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório por lei de 25%.

Abaixo a Companhia demonstra os índices que devem ser medidos semestralmente:

<u>Índices financeiros Ecovias 101</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	(0,37)
Patrimônio líquido/ativo total	≥ 20%	68,90%
<u>Índices financeiros Ecovias Minas Goiás</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
Beneficiária: ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	≥ 1,20	1,54
Beneficiária: Patrimônio Líquido / Ativo Total	≥ 20%	49,24%

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento

Notas Explicativas

de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

As controladas da Companhia estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas descritas acima.

16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Saldo no início do período	591.598	988.278	16.950.682	15.504.072
Adições (a)	-	-	4.922.310	4.088.151
Encargos financeiros (Nota 27)	28.883	45.573	1.324.020	970.974
Pagamento principal	(285.000)	(380.000)	(2.395.333)	(2.826.074)
Pagamento de juros	(37.243)	(63.320)	(971.390)	(1.029.077)
Saldo no fim do período	298.238	590.531	19.830.289	16.708.046
Circulante	203.336	305.964	3.942.789	2.896.959
Não circulante	94.902	284.567	15.887.500	13.811.087

(a) As adições no período findo em 30 de junho de 2025, referem-se a:

Ecovias Rio Minas

Em 27 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada indireta Ecovias Rio Minas, aprovou a 4ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 5 (cinco) séries para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão será composta por 7.320.612 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$7.320.612, remuneradas a: (i) 1ª série IPC-A + 8,3939%; (ii) 2ª, 3ª e 4ª séries IPC-A + 7,65% a.a.; e (iii) 5ª série IPC-A + 10,13%. O prazo de vencimento das debêntures será de 272 meses contados da data de emissão. Os recursos totais captados por meio da Oferta serão destinados: (i) ao reembolso de despesas efetuadas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta; e (ii) a novos investimentos relacionados à exploração do Projeto, relativos aos trabalhos iniciais, à recuperação, à manutenção, à ampliação de capacidade e às melhorias do Projeto, conforme previsto no Contrato de Concessão celebrado entre a controlada e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A entrada dos recursos da 1ª série, no valor de R\$1.350.000, ocorreu em 20 de fevereiro de 2025. As demais séries serão desembolsadas de acordo com o ciclo de investimentos da Concessionária e estarão sujeitas ao cumprimento das respectivas condições precedentes previstas na escritura da emissão, com data de integralização limite em 31 de dezembro de 2031.

A emissão conta com uma série de “debêntures de transição verde”, no valor de R\$540.000, com base no compromisso da Ecovias Rio Minas em destinar os recursos em investimentos relacionados a critérios de sustentabilidade.

Notas Explicativas

Ecovias Raposo Castello

Em 13 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada indireta Concessionária Ecovias Raposo-Castelo S.A., aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de R\$2.200.000, objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático, nos termos do ativo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários “CVM” nº 160, de 13 de julho de 2022, da Lei nº 6.385, de 7 de setembro de 1976, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão é composta por 2.200.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$2.200.000, remuneradas a IPC-A + 8,1773% a.a. O prazo de vencimento das debêntures será de 1.489 dias contados da data de emissão. Os recursos totais captados por meio da Oferta foram destinados integralmente ao pagamento da Outorga fixa, condição precedente para assinatura do Contrato de Concessão celebrado entre a Concessionária e a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. A entrada dos recursos, ocorreu em 06 de março de 2025.

Ecovias Imigrantes

Em 14 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada indireta Ecovias Imigrantes, aprovou a 7ª emissão de debêntures, simples, não conversível em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão será composta por 1.400.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$1.400.000, remuneradas a CDI + 1,25% a.a.. O prazo de vencimento das debêntures será de 7 anos contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela controlada com a emissão foram destinados ao refinanciamento de dívidas existentes e reforço de caixa da controlada. A entrada dos recursos ocorreu em 26 de fevereiro de 2025.

Ecovias Sul

Em 29 de abril de 2025, o Conselho de Administração da controlada indireta Ecovias Sul, aprovou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no valor total de R\$70.000, objeto de oferta pública de distribuição de debêntures, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, (“Lei do Mercado de Capitais”), do artigo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O prazo de vencimento final das debêntures será de 10 meses a contar da data de emissão e serão remuneradas pelo CDI + 0,80%. Os recursos líquidos obtidos pela controlada com a emissão foram destinados ao refinanciamento de dívidas existentes e reforço de caixa da controlada. A entrada dos recursos ocorreu em 12 de maio de 2025.

ECS

Em 21 de março de 2025, o Conselho de Administração da controlada direta ECS, aprovou a 15ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada.

A emissão é composta por 1.050.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$1.050.000, remuneradas a CDI + 1,25% a.a.. O prazo de vencimento das debêntures será de 3.228 dias contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela companhia com a emissão foram destinados a reforço de caixa. A entrada dos recursos ocorreu em 31 de março de 2025, e a totalidade das debêntures foi adquirida pela controlada Ecovias Imigrantes.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

Controladora						
30/06/2025			31/12/2024			
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total	
2026	-	(65)	190.000	(199)	189.801	
2027	95.000	(33)	95.000	(32)	94.968	
	95.000	(98)	285.000	(231)	284.769	

Consolidado						
30/06/2025			31/12/2024			
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total	
2026	131.711	(25.444)	1.124.400	(37.908)	1.086.492	
2027	2.257.849	(48.605)	2.227.788	(34.364)	2.193.424	
2028	740.686	(42.598)	680.381	(28.298)	652.083	
2029	2.826.127	(31.637)	577.168	(25.575)	551.593	
2030	1.086.554	(26.438)	612.186	(23.359)	588.827	
Posteriores a 2030	9.119.042	(99.747)	6.637.664	(70.671)	6.566.993	
	16.161.969	(274.469)	11.859.587	(220.175)	11.639.412	

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“covenants”), podendo ser medidos trimestral ou anualmente. As controladas da Companhia estão adimplentes com todos os referidos índices.

Abaixo a Companhia demonstra os índices que devem ser medidos trimestralmente:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
ECS	8 ^a	Dívida líquida (*)/Ebitda ajustado	≤4,75	3,65

(*) A definição de dívida líquida para cálculo dos *covenants*, é definida em cada contrato de dívida.

Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas ECS, Ecovias Ponte, Ecovias Norte Minas, Holding do Araguaia, Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Rio Minas, Ecovias Raposo Castello e Ecovias Cerrado, possuem cláusulas restritivas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, das próprias controladas e de outras controladas relevantes da Companhia. Em 30 de junho de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a cláusulas restritivas da Companhia e das referidas controladas.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

Notas Explicativas

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento:	4.059	4.745	255.567	242.195
Circulante	1.638	1.630	126.065	107.744
Não circulante	2.421	3.115	129.502	134.451

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Saldo inicial do período	4.745	840	242.195	188.259
Adições (Nota 13.d)		1.673	73.917	43.041
Baixas	-	-	(2.740)	-
Encargos financeiros (Nota 27)	296	135	14.532	9.671
Pagamento principal	(686)	(792)	(57.805)	(38.288)
Pagamento de juros	(296)	(135)	(14.532)	(9.671)
Saldo no fim do período	4.059	1.721	255.567	193.012

Notas Explicativas

18. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2025, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

18.1 Controladora

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)		Total	A realizar	Montantes envolvidos				Outras informações	
			Data início	Data final			Saldo ativo	Saldo passivo	Vencimento	Receita	Garantias	Posição contratual
g)	Itinera Construções Ltda.	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/12/2025	169	-	-	-	Em até 45 dias	26	N/A	Credor
k)	ECS	Controlada	-	-	-	-	-	62	-	-	N/A	Devedor
	Saldo em 30 de junho de 2025						-	62		26		
	Saldo em 31 de dezembro de 2024						4	-				
	Saldo em 30 de junho de 2024									-		

18.2 Consolidado

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)		Total	A realizar	Montantes envolvidos					Outras informações		
			Data início	Data final			Saldo ativo	Saldo passivo	Vencimento	Receita	Custo	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	IGLI do Brasil Participações Ltda.	Outras Partes Relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	60	30	5	-	Em até 45 dias	30	-	-	N/A	Credor
b)	Consórcio NN Engenharia e Consultoria	Outras Partes Relacionadas	08/03/2024	30/04/2025	3.627	310	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
c)	CBB Ind.e Comércio de Asfalto Ltda./TB Transportadora de Betumes Ltda.	Outras Partes Relacionadas	15/12/2020	01/08/2027	442.877	261.749	-	5.180	Em até 45 dias	-	-	62.105	N/A	Devedor
d)	ICCR135 S.A.	Outras Partes Relacionadas	06/12/2022	29/10/2025	1.214.335	255.453	-	573	Em até 45 dias	-		26.960	N/A	Devedor
e)	ICCR153 S.A.	Outras Partes Relacionadas	18/10/2021	07/01/2057	5.749.996	5.324.011	-	18.289	Em até 45 dias	-		(1.289)	N/A	Devedor
f)	Sinelec S.p.A	Outras Partes Relacionadas	19/01/2023	31/12/2029	9.689	6.765	-	23	Em até 45 dias	-	28	158	N/A	Devedor
g)	Itinera Construções Ltda	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/12/2025	169	-	-	-	Em até 45 dias	26	-	-	N/A	Credor
h)	ICCR Rio Minas S.A.	Outras Partes Relacionadas	26/09/2024	08/03/2031	5.901.944	533.103	-	55.759	Em até 45 dias	-	-	99.415	N/A	Devedor
i)	ICCR Noroeste Paulista S.A.	Outras Partes Relacionadas	01/11/2024	01/11/2029	1.401.862	1.260.664	-	12.288	Em até 45 dias	-	-	133.461	N/A	Devedor
j)	Sinelec Brasil Ltda.	Outras Partes Relacionadas	18/12/2024	31/03/2030	22.464	14.325	-	596	Em até 45 dias	-	-	9.524	N/A	Devedor
	Saldo em 30 de junho de 2025						5	92.708		56	28	330.334		
	Saldo em 31 de dezembro de 2024						9	161.996						
	Saldo em 30 de junho de 2024									30	2.362	221.568		

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) A Igli do Brasil detém 46,189% do capital social da Companhia. O contrato entre a Igli do Brasil e a controlada ECS, tem por objeto a prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas;
- (b) O Consórcio NN Engenharia e Consultoria, pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (50%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de assessoria técnica ampla, compreendendo a gestão, revisão e acompanhamento de Novos Projetos e demais estudos de necessidade da Engenharia para a controlada ECS;
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., e a TB Transportadora de Betumes Ltda., são controladas direta e indiretamente pelo Senhor Cesar Beltrão de Almeida e pela Senhora Cristiane Maria Bonetto de Almeida (sua cônjuge), pertencentes ao Grupo CR Almeida, que em conjunto com Denise Beltrão de Almeida, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indireta do Grupo EcoRodovias. O objeto dos contratos com a CBB e TB é de fornecimento e transporte de material asfáltico para as controladas indiretas Ecovias Leste Paulista, Ecovias Minas Goiás, Ecovias Cerrado e Ecovias Noroeste Paulista;
- (d) A ICCR135 S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG, da controlada indireta Ecovias Norte Minas;
- (e) A ICCR153 S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação das rodovias BR-153/414/080/TO-GO da controlada indireta Ecovias Araguaia;
- (f) A Sinelec S.p.A e sua subsidiária brasileira Sinelec Brasil Ltda., partes relacionadas controladas pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias, presta serviços referentes às atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling* (MLFF) das controladas Ecovias Ponte, Ecovias 101 e Ecovias Sul, e também presta serviços de desenvolvimento e implantação da plataforma HS-WIM para a controlada ECS e suas controladas Ecovias Rio Minas, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Cerrado;
- (g) Referente a locação de uma sala comercial na Rua Gomes de Carvalho, 1510, 3º Andar - São Paulo - SP;
- (h) A ICCR Rio Minas S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR116/RJ, BR116/MG, BR493/RJ, BR465/RJ, da controlada indireta Ecovias Rio Minas;
- (i) A ICCR Noroeste Paulista S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e

Notas Explicativas

Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural, da controlada indireta Ecovias Noroeste Paulista;

- (j) A Sinelec Brasil Ltda., parte relacionada controlada pela ASTM, presta serviços referentes às atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling* (MLFF) das controladas indiretas Ecovias Ponte, Ecovias 101 e Ecovias Sul, e também presta serviços de desenvolvimento e implantação da plataforma HS-WIM para a controlada ECS e suas controladas Ecovias Rio Minas, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Cerrado.
- (k) Repasse de Despesas. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 30 de Junho de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades.

Os saldos de contrato de mútuo entre empresas controladas em 30 de junho de 2025 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e serem eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuant	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	30/06/2025	31/12/2024
CECM	ECS	06/2022	12/2025	100% CDI + 1,80% a.a.	2.932	2.761
ECS	Ecovias Minas Goiás	01/2025	01/2026	100% CDI + 1,50% a.a.	68.110	-
					71.042	2.761

Remuneração dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2025 em R\$28.478 (R\$32.920 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2024	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2025
Constituição da provisão para manutenção	2.282.236	70.358	-	-	2.352.594
Efeito do valor presente sobre constituição	(481.302)	(17.036)	-	-	(498.338)
Realização da manutenção	(1.881.256)	-	(79.420)	-	(1.960.676)
Ajuste a valor presente – realizações	409.703	-	-	15.580	425.283
	329.381	53.322	(79.420)	15.580	318.863
Circulante	129.874				117.326
Não circulante	199.507				201.537

Notas Explicativas**20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO**

	31/12/2024	Adição (a) (intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2025
Constituição da provisão para obras futuras	192.588	41.692	-	-	234.280
Efeito do valor presente sobre a constituição	(51.380)	(2.730)	-	-	(54.110)
Realização da construção	(109.699)	-	(14.937)	-	(124.636)
Ajuste a valor presente – realizações	20.951	-	-	1.349	22.300
Atualização monetária	13.234	-	-	830	14.064
	<u>65.694</u>	<u>38.962</u>	<u>(14.937)</u>	<u>2.179</u>	<u>91.898</u>
Circulante	248				54.081
Não circulante	65.446				37.817

(a) As adições no período referem-se a controlada Ecovias Sul, descontados a taxa de 10,19% a.a.

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO**21.1 Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras**

	30/06/2025	31/12/2024
Parcelas:		
Variáveis	9.581	6.022
Fixas	1.238.949	1.165.392
Verbas/Taxas de fiscalização	5.098	4.989
Outras (Nota 9.1)	1.609.047	1.511.527
	<u>2.862.675</u>	<u>2.687.930</u>
Circulante	81.196	26.376
Não circulante	2.781.479	2.661.554

A movimentação do período das obrigações com poder concedente está demonstrada a seguir:

	30/06/2025	30/06/2024
Saldo no início do período	2.687.930	2.317.942
Custo (Nota 26)	74.029	70.734
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (Nota 27)	82.679	62.224
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF)	80.633	57.001
Retenções tarifa e conta ajuste (ARTESP/ANTT)	57.414	51.821
Reembolso DUF (Ecovias Rio Minas)	(11.770)	(8.757)
Reembolso ANTT isenções Viúva Graça (Ecovias Rio Minas)	(25.041)	-
Pagamento do principal	(83.199)	(124.825)
Saldo no fim do período	<u>2.862.675</u>	<u>2.426.140</u>

21.2 Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2025, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Notas Explicativas

	30/06/2025 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecovias Sul	2.216	18.686	18.318	39.220
Ecovias Imigrantes	527.520	702.161	50.426	1.280.107
Ecovias Leste Paulista	40.181	273.730	299.958	613.869
Ecovias 101	915.254	377.880	458.282	1.751.416
Ecovias Ponte	187.625	156.847	113.357	457.829
Ecovias Minas Goiás	167.239	1.191.163	3.879	1.362.281
Ecovias Rio Minas	7.924.354	4.053.542	1.752.218	13.730.114
Ecovias Norte Minas	80.435	600.413	62.480	743.328
Ecovias Cerrado	433.140	1.405.228	21.940	1.860.308
Ecovias Noroeste Paulista	3.488.507	4.582.457	850.955	8.921.919
Ecovias Araguaia	3.845.128	3.391.830	477.734	7.714.692
Total	17.611.599	16.753.937	4.109.547	38.475.083

21.3 Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão – Ecovias 101

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Ecovias 101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. Sucessivos Termos Aditivos ao Contrato de Concessão foram firmados para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. O último deles – Sétimo Termo Aditivo – foi celebrado em 23 de junho de 2025, para prorrogar a suspensão por mais 180 dias, da data de sua publicação. As prorrogações foram necessárias para a conclusão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso/TCU. Em sessão realizada em 25 de setembro de 2024, o TCU aprovou com condicionantes, por unanimidade, a proposta de Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2024. A Ecovias 101, juntamente com a ANTT e o Ministério dos Transportes apresentaram manifestação demonstrando o atendimento das condicionantes, o que foi reconhecido pelo TCU, em 12 de março de 2025, ensejando a celebração do Termo de Autocomposição, firmado em 17 de março de 2025, pela Ecovias 101, União – por intermédio do Ministério dos Transportes –, e ANTT, com interveniência do TCU. Com a aprovação do TCU e a celebração do Termo de Autocomposição, a ANTT aprovou e autorizou a publicação do edital do processo competitivo, por meio de leilão realizado em 26 de junho de 2025. O critério de julgamento da melhor proposta foi pelo menor valor da tarifa de pedágio, para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Ecovias 101, conforme Fato Relevante de 17 de março de 2025. Conforme Fato Relevante de 26 de junho de 2025, em não havendo outras propostas apresentadas no certame, a Comissão Mista do Processo Competitivo declarou a manutenção da ECS no controle acionário direto da Ecovias 101. Com a publicação do resultado do processo competitivo e cumpridas as condições precedentes, será celebrado o Termo Aditivo para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da Ecovias 101, com vigência por mais 24 (vinte e quatro) anos, preservando a continuidade da prestação do serviço público na BR-101/ES/BA, conforme condições estabelecidas pelo plenário do Tribunal de Contas da União – TCU nos Acórdãos nº 1.996/2024 e nº 513/2025. Com a celebração deste novo Termo Aditivo, o Terceiro Aditivo e o Sétimo Termo Aditivo serão extintos.

O aditivo de readequação ao Contrato de Concessão irá prever um período de transição de 3 anos, com execução das principais obras, suspensão de R\$200.000 em multas e reajuste gradual da tarifa, condicionado à conclusão de 90% do cronograma trimestral. Nesse período, devem ser entregues 84 km de duplicações, iniciadas duas obras de contorno e também realizada a recuperação da pavimentação asfáltica. A Ecovias 101 não poderá pagar dividendos nem ter seu controle acionário transferido. Atrasos superiores a 20% poderão levar à rescisão antecipada do contrato.

Notas Explicativas

Por estarem suspensos os efeitos da relicitação em decorrência dos aditivos assinados em 30 de agosto de 2023, 26 de fevereiro de 2024, 24 de junho de 2024, 17 de dezembro de 2024 e 23 de junho de 2025, e por não haver sido assinado ainda o aditivo de otimização e modernização do contrato de concessão, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente dos processos de relicitação e/ou autocomposição a ser registrado no balanço e no resultado da controlada e da Companhia.

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

22.1 CECM e RDC

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a CECM, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação de supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. O processo foi suspenso em julho/23 e remetido para o setor de conciliação, antes de dar início à fase de produção de provas.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas Controladas ECS e as Concessionárias do Paraná (CECM e RDC), celebraram Acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que, na visão da Companhia e de suas Controladas, as obrigações estabelecidas foram cumpridas, inclusive as obrigações assumidas no Acordo, na cláusula 6ª, itens “l” (implementar um programa de integridade efetivo e robusto) e “m” (sujeitar-se a monitoramento independente) face à entrega, em 30 de junho de 2023, do Relatório de Certificação pela Monitora Independente, que ensejou a declaração de cumprimento emitida pelo MPF, em 15 de maio de 2023. As obras eleitas como prioritárias foram concluídas e liberadas ao tráfego, com anuência do DER/PR. Aguarda-se o fechamento conjunto (pelo DER/PR, MPF e Companhia) das medições das obras executadas. Embasada em pareceres jurídico e técnico, a Companhia provisionou R\$10.124 em novembro de 2023 a título de eventual saldo residual para atingir a integralidade dos investimentos previstos no Acordo.

Em agosto de 2020, foi proposta por CECM e RDC a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar a alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. O processo foi suspenso em julho de 2023 e remetido para o setor de conciliação.

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e degrau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER, de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. CECM e RDC propuseram ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente à tese das Concessionárias. A AGEPAR interpôs recurso de ambas as sentenças. O processo foi suspenso em julho de 2023 e remetido para o setor de conciliação antes do julgamento dos recursos.

Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet, junto ao TCE, contra CECM e RDC e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Inicialmente, a liminar foi deferida pelo Relator, que declarou inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. A liminar foi atacada por recurso pelas Concessionárias, que foi acolhido pelo Colegiado do TCE (publicada em 08 de novembro de 2022), revogando a decisão. O Conselheiro Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Atualmente, o processo no TCE se encontra suspenso por decisão proferida em processo judicial movido por terceira concessionária que também é parte no processo do TCE.

Notas Explicativas

Em março de 2024 a RDC, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia foram citadas na Ação Civil Pública nº 5000198-46.2023.4.04.7000/PR, ajuizada em 05 de janeiro de 2023, pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR), em face também da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação de supostos danos materiais (estimados em R\$ 4.284.248) e morais (estimados em R\$ 500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O processo está suspenso por conta da remessa ao setor de conciliação. O prazo de defesa será iniciado posteriormente a essa etapa conciliatória. O processo foi distribuído por dependência à Ação Popular, proposta em face da RDC pelos Deputados Estaduais Arilson Chiorato e Maurício Thadeu de Mello e Silva, Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (processo nº 5056314-43.2021.4.04.7000/PR). Nesta Ação Popular, que também está no setor de conciliação, se pleiteia a condenação por suposto desequilíbrio ao Contrato de Concessão em razão da metodologia adotada em aditivos firmados para revisão do denominado degrau de pista dupla, bem como da depreciação dos investimentos. Baseada no parecer jurídico dos advogados externos, a Companhia classifica a probabilidade de perda de ambas ações como remota.

22.2 Ecoporto

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS") e o Ecoporto Santos S.A., para exploração de instalação portuária pelo prazo determinado de 25 anos, tinha encerramento do prazo original previsto para 12 de junho de 2023. Por conta disso, em 19 de maio de 2023, o Ecoporto ingressou com ação judicial em face da União, tendo como objeto a manutenção da vigência do Contrato até decisão final sobre pedido de prorrogação (formulado no processo administrativo nº 50300.000038/2014-80). A referida ação (nº1049793-02.2023.4.01.3400 - 13ª Vara Federal Cível da SJDF) teve o pedido de tutela de urgência indeferido, inclusive pelo TRF1 (Agravado de Instrumento n. 1020192-63.2023.4.01.0000), que entendeu que cabe à autoridade administrativa analisar, no âmbito do processo administrativo de prorrogação do Contrato, a conveniência e a oportunidade de tal pretensão.

Em 12 de junho de 2023, o Ministro de Portos e Aeroportos, ciente do teor das referidas decisões judiciais, proferiu o Despacho Decisório nº 4/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, mantendo, cautelarmente, a vigência do Contrato, assegurando a continuidade das operações pelo prazo de até 180 dias, ou até que haja uma definição da política pública sobre a destinação da área. O Ministro de Portos e Aeroportos, por meio do Despacho nº 452/2023/CGAR-SNPTA-MPOR, solicitou ao Ecoporto que fosse apresentado um novo plano de investimentos, com as adequações necessárias, considerando as novas diretrizes resultantes da revisão da destinação da área do STS10.

A Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS"), com base na delegação de competências formalizada por meio do Convênio de Delegação de Competências nº 001/2023, editou em 09 de dezembro de 2023, a Portaria DIPRE nº 209.2023 prorrogando por 180 dias a medida cautelar que suspendeu o encerramento da vigência do Contrato. Em 04 de junho de 2024, a APS editou a DIPRE nº 84.204, prorrogando por mais 180 dias a referida medida cautelar que suspendeu o encerramento da vigência do Contrato.

Em 02 de dezembro de 2024, nos termos da Deliberação DG nº 110-2024-ANTAQ e da Decisão DIREXE nº 554.2024-APS, foi celebrado o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/11.2024 entre o Ecoporto e a APS, garantindo a manutenção das operações portuárias e de armazenagem de carga realizadas pelo Ecoporto, pelo prazo de 180 dias. Em 29 de maio de 2025, nos termos da Deliberação DG nº 40-2025-ANTAQ e da Decisão DIREXE nº 265-2025-APS, foi celebrado o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/11.2025 ("Contrato de Transição") entre o Ecoporto e a APS, garantindo a manutenção das operações portuárias e de armazenagem de carga realizadas pelo Ecoporto, pelo prazo de 1 (um) ano. Não existem valores a serem reconhecidos e/ou provisionados pelo fim do contrato de arrendamento, uma vez que os valores já foram reconhecidos em exercícios anteriores.

Destacam-se ainda as decisões administrativas favoráveis e definitivas sobre o direito do Ecoporto ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em virtude dos investimentos realizados e não amortizados (Portêineres), no montante de R\$94.304, com data-base em dezembro de 2016 (Acórdão ANTAQ nº 14-2020; Resolução ANTAQ nº 7.549/2020; Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA; Acórdão ANTAQ nº 301/2022 e Despacho nº 34/2022/SNPTA). Consta na Minuta do Edital referente ao arrendamento do Terminal Tecon Santos 10 a obrigação de o futuro arrendatário arcar com o ressarcimento ao Ecoporto em decorrência do processo de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto no Acórdão nº 301-ANTAQ, com valor

Notas Explicativas

atualizado segundo a metodologia definida no Parecer SOG/ANTAQ S/N, de 25/11/2022. A minuta do edital se encontra atualmente sob análise do Tribunal de Contas da União.

Quanto ao reconhecimento do pleito de reequilíbrio contratual decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m²) comparada àquela prevista no edital (170.000 m²), o Ecoporto ajuizou, em 28 de setembro de 2022, ação anulatória em face da União e da Antaq, tendo como objeto o reconhecimento do referido pleito. A ação judicial tramita sob nº 1064487-10.2022.4.01.3400, na 17ª Vara Federal Cível da SJDF e foi julgada improcedente sob o fundamento de que não há direito a reequilíbrio pelo reordenamento de áreas, conforme intimação de sentença ocorrida em 1º de abril de 2024. O Ecoporto e a União Federal recorreram da decisão. Os recursos estão pendentes de apreciação.

Faz-se referência, ainda, a duas ações judiciais em trâmite na 4ª Vara Federal Cível da Comarca de Santos (processos ns. 5006237-92.2022.4.03.6104 e 5004980-32.2022.4.03.6104), questionando a cobrança decorrente da aplicação, pela APS, da cláusula de revisão quinquenal da Movimentação Mínima Contratual (MMC), no valor de R\$62.764. Foram deferidas medidas liminares para determinar a suspensão da exigibilidade do valor cobrado. Em 26 de setembro de 2023 foi realizada audiência de conciliação. Os processos judiciais foram suspensos para tentativa de conciliação entre as Partes e assim permanecem em 30 de junho de 2025.

22.3 Ecovias 101

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. em Serra – ES, no âmbito da “Operação Infinita Highway”.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e teve foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação da rodovia.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio profissional externo para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Ecovias 101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Ecovias 101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram, em 31 de dezembro de 2020, passivo da melhor avaliação para realização de valores relativos a penalidades de multas e descontos tarifários (“Fator D”), sobre um cenário em que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, resultando no valor devido de R\$72.614 (R\$95.477 em 30 de junho de 2025).

As investigações realizadas no âmbito da Operação Infinita *Highway* resultaram em 3 (três) desdobramentos para a controlada.

Em 25 de junho de 2022, a controlada tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a controlada apresentou defesa na mencionada ação judicial. Em 11 de julho de 2024 foi proferida sentença que afastou os pedidos de aplicação de desconto tarifário e de dano moral coletivo. No entanto, determinou a “proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público”, pelo prazo de cinco anos. A sentença foi mantida pelo TRF2 em 05 de fevereiro de 2025. A Concessionária formulou recurso com pedido de esclarecimentos para o TRF2, o qual aguarda julgamento. Caso a decisão seja mantida pelo TRF2, caberão recursos às instâncias superiores.

Em 25 de julho de 2022, a controlada tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11 de agosto de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-

Notas Explicativas

74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. O prosseguimento do procedimento ficou suspenso em razão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso e em 12 de fevereiro de 2025 a Unidades de Auditoria Especializada em Rodovias e Aviação (AudRodoviaAviação) apresentou manifestação informando que foi celebrado o Termo de Autocomposição no processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso, recomendando a retirada do sobrestamento do processo e o seu arquivamento. Em 28 de março de 2025, o ministro relator proferiu despacho que retirou a suspensão do processo e o remeteu ao AudRodoviaAviação para promover exame complementar ou ratificar o encaminhamento dado, com posterior retorno para decisão. Em 06 de maio de 2025, a AudRodoviaAviação ratificou a recomendação pelo arquivamento do processo. Em 26 de junho de 2025, o Ministério Público de Contas apresentou concordância com a manifestação pelo arquivamento do processo, considerando que “verificou-se que as questões relacionadas à Operação Infinita Highway e aos prejuízos decorrentes da conduta da concessionária foram tratadas no âmbito da solução consensual aprovada nos Acórdãos 1996/2024-TCU Plenário e 513/2025-TCU Plenário, no processo TC nº 033.444/2023-4”. O processo foi remetido para apreciação do relator e permanece assim no período findo em 30 de junho de 2025.

Em 06 de setembro de 2022, a controlada tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia. Esses entendimentos foram apreciados pelo TCU no âmbito do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso, cuja solução consensual endereçou a resolução das questões.

Em razão desses desdobramentos no âmbito do TCU e da ANTT, a Companhia solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da Companhia e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação Infinita Highway, que já foram objeto de análise nos pareceres jurídicos anteriores. A Companhia entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nestas demonstrações financeiras.

23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

23.1 Causas prováveis

	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.655	364.887	24.116	33.080	423.738
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(63)	14.508	1.744	(1)	16.188
(-) Pagamentos	(5)	(10.964)	(6.187)	(3)	(17.159)
(+) Atualização monetária	55	13.319	1.116	1.813	16.303
(-) Reclassificações (a)	-	(131.014)	-	-	(131.014)
Saldos em 30 de junho de 2025	1.642	250.736	20.789	34.889	308.056

(a) A controlada indireta Ecovias 101, em cumprimento ao estipulado no Termo de Autocomposição celebrado com a ANTT, União, por intermédio do Ministério dos Transportes e a interveniência do Tribunal de Contas da União (“TCU”), aderiu à Transação Extraordinária para a regularização de débitos com a União instituída pela Lei nº 14.973/2024 e regulamentada pela Portaria Normativa AGU nº 150/2024. Esse mecanismo endereça a resolução dos passivos regulatórios, inscritos em dívida ativa e/ou judicializados, por meio da aplicação de 40% de desconto para o pagamento em 12 parcelas mensais. A transação foi estruturada em duas operações, uma direcionada à resolução dos débitos inscritos em dívida ativa, cujo parcelamento foi iniciado em fevereiro de 2025 e, até o fechamento do semestre findo em 30 de junho, foram quitadas 5 parcelas que totalizam o valor de R\$30.599. A operação secundária, relativa aos passivos judiciais, aguarda a consolidação dos débitos pela AGU para início do pagamento das respectivas parcelas, que seguirá em paralelo. Os valores foram realocados na rubrica “outras contas a pagar” do passivo circulante.

Notas Explicativas

23.2 Causas possíveis

	30/06/2025	31/12/2024
Ambientais	3.764	2.969
Cíveis (a)	2.011.507	1.819.992
Trabalhistas	77.451	57.893
Tributários	412.757	399.301
	<u>2.505.479</u>	<u>2.280.155</u>

(a) As principais alterações no montante referem-se a:

Ao processo da controlada direta Ecopátio que se refere às ações indenizatórias pendentes de julgamento, as quais foram classificados como “perda possível” pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

Ao processo da controlada indireta Ecovias Minas Goiás que se refere aos autos de infração recebidos do Poder Concedente (ANTT), os quais foram classificados como “perda possível” em decorrência da possibilidade de ser firmado Termo de Ajuste de Conduta (TAC), na modalidade multas. Além disso, possui movimentações relacionadas a atualização monetária (indenizatória e Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em decorrência de supostas irregularidades no cumprimento de obrigações contratuais).

Ao processo da controlada indireta Ecovias Rio Minas que se refere aos autos de infração recebidos do Poder Concedente (ANTT), os quais foram classificados como “perda possível” pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

A composição do capital social da Companhia está demonstrada a seguir:

	30/06/2025		31/12/2024	
Acionistas	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Igli do Brasil Participações Ltda.	321.627.460	46,189%	321.627.460	46,189%
IGLI S.p.A.	44.989.150	6,461%	39.586.150	5,685%
Outros (<i>free-float</i>)	329.004.616	47,248%	334.407.616	48,024%
Ações em tesouraria	712.998	0,102%	712.998	0,102%
Total ações ordinárias	<u>696.334.224</u>	<u>100,000%</u>	<u>696.334.224</u>	<u>100,000%</u>

24.2 Reserva de lucro e de capital

Para o período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia não apresentou movimentações de reservas de lucro e de capital de acionistas controladores.

24.3 Participação de acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	30/06/2025	30/06/2024
Saldo no início do período	263.186	248.274
Aporte de capital	11.200	-
Constituição de orçamento de capital com dividendos 2024	2.222	-
Participação nos resultados do período	(14.667)	10.645
Saldo no fim do período	<u>261.941</u>	<u>258.919</u>

Notas Explicativas**25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO**

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receitas com arrecadação de pedágio	1.853.848	1.575.662	3.543.949	3.125.244
Receitas de construção (a)	899.277	859.899	1.656.547	1.464.946
Receitas portuárias	129.989	114.785	268.322	215.379
Receitas acessórias	31.087	27.323	62.453	56.191
Receitas logística	19.809	14.936	31.086	31.372
Receita bruta total	2.934.010	2.592.605	5.562.357	4.893.132
Deduções de receita	(194.213)	(164.692)	(375.387)	(326.239)
Deduções do reconhecimento da receita	(21.660)	(14.260)	(42.714)	(26.524)
Receita líquida	2.718.137	2.413.653	5.144.256	4.540.369
Deduções				
COFINS (b)	(75.154)	(63.481)	(146.103)	(126.221)
PIS (c)	(16.292)	(13.761)	(31.673)	(27.362)
ISS (d)	(102.062)	(86.290)	(196.328)	(170.664)
Dedução do reconhecimento da receita (e)	(21.660)	(14.260)	(42.714)	(26.524)
Abatimentos	(705)	(1.160)	(1.283)	(1.992)
	(215.873)	(178.952)	(418.101)	(352.763)

(a) Sobre a receitas de construção não há incidência de impostos.

(b) Alíquota para: concessionárias 3%; portos, serviços e logística 7,6%.

(c) Alíquota para: concessionárias 0,65%; portos, serviços e logística 1,65%.

(d) Alíquota média de 5,0%.

(e) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termare, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

Notas Explicativas

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Seis meses findos em		Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Pessoal	8.503	7.752	16.149	15.675	170.875	145.511	318.473	300.774
Conservação e manutenção	236	310	274	329	74.126	69.100	137.846	145.933
Serviços de terceiros (a)	1.467	1.320	3.537	2.757	110.468	99.080	214.166	195.711
Seguros	435	279	866	671	10.013	7.009	19.768	14.637
Poder Concedente (Nota 21)	-	-	-	-	36.493	33.842	74.029	70.734
Provisão para manutenção (Nota 19)	-	-	-	-	32.209	35.362	53.322	61.237
Custo de construção de obras	-	-	-	-	899.277	859.899	1.656.547	1.464.946
Depreciações e amortizações (Notas 12 e 13)	587	570	1.172	1.182	327.207	228.023	630.503	444.848
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	82	211	139	346	9.452	5.318	17.999	12.159
Outros custos e despesas operacionais	435	503	1.153	1.215	46.925	52.435	90.851	105.528
	11.745	10.945	23.290	22.175	1.717.045	1.535.579	3.213.504	2.816.507
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	1.626.898	1.460.085	3.039.600	2.654.176
Despesas gerais e administrativas	11.745	10.945	23.290	22.175	90.147	75.494	173.904	162.331
	11.745	10.945	23.290	22.175	1.717.045	1.535.579	3.213.504	2.816.507

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas**27. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Seis meses findos em		Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	211	165	476	1.643	118.189	88.631	244.003	213.324
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 10)	-	1	-	1	2.417	1.909	4.641	3.826
Atualização monetária venda Elog	-	390	26	914	-	390	26	914
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	-	-	2.495	3.485	5.873	3.485
Outras	127	14	206	27	5.613	2.136	10.804	4.485
	<u>338</u>	<u>570</u>	<u>708</u>	<u>2.585</u>	<u>128.714</u>	<u>96.551</u>	<u>265.347</u>	<u>226.034</u>
Despesas financeiras:								
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(10.994)	(17.450)	(28.579)	(45.031)	(482.846)	(358.492)	(920.396)	(754.122)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	-	(56.054)	(45.710)	(111.549)	(91.711)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 16)	-	-	-	-	(140.164)	(74.202)	(367.203)	(189.398)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 16)	(101)	(203)	(304)	(542)	(17.606)	(14.529)	(36.421)	(27.454)
Variação monetária sobre direito de outorga (Nota 21)	-	-	-	-	(35.481)	(29.701)	(82.679)	(62.224)
Variação monetária e AVP - Acordo Não Persecução Cível	-	(108)	-	(402)	(3.162)	(3.312)	(7.254)	(8.640)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras (Notas 19 e 20)	-	-	-	-	(9.999)	(8.743)	(17.759)	(16.012)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	-	(35.099)	(12.461)	(63.470)	(26.934)
Juros capitalizados	-	-	-	-	71.535	77.612	171.060	195.522
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(15)	(29)	(31)	(122)	(8.444)	(5.379)	(15.314)	(11.779)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 23)	-	(29)	31	(29)	(6.837)	(14.361)	(16.302)	(22.476)
Atualização monetária outras contas a pagar	-	-	-	-	(899)	(972)	(2.725)	(2.419)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2) (Nota 17)	(143)	(61)	(296)	(135)	(7.829)	(5.059)	(14.532)	(9.671)
Outras	(13)	(38)	(64)	(64)	(10.034)	(3.712)	(18.609)	(13.745)
	<u>(11.266)</u>	<u>(17.918)</u>	<u>(29.243)</u>	<u>(46.325)</u>	<u>(742.919)</u>	<u>(499.021)</u>	<u>(1.503.153)</u>	<u>(1.041.063)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(10.928)</u>	<u>(17.348)</u>	<u>(28.535)</u>	<u>(43.740)</u>	<u>(614.205)</u>	<u>(402.470)</u>	<u>(1.237.806)</u>	<u>(815.029)</u>

Notas Explicativas

28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	30/06/2025	30/06/2024
Lucro básico e diluído – resultado do período	0,50	0,72
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas	0,50	0,72

28.1 Lucro por ação

	30/06/2025	30/06/2024
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	350.597	499.429
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	351.113	499.429
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	696.334
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	695.621
Lucro básico por ação - R\$	0,50	0,72
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,50	0,72

28.2 Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do lucro básico apresentado acima.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Dívida (a)	302.297	596.343	24.406.922	21.442.508
Disponibilidade (b)	(5.063)	(3.454)	(2.791.028)	(2.630.822)
Dívida líquida	297.234	592.889	21.615.894	18.811.686
Patrimônio líquido (c)	3.777.957	3.427.360	4.039.898	3.690.546
Índice de endividamento líquido	0,08	0,17	5,35	5,10

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente (Ônus fixo), circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 15, 16, 17 e 21.

(b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras – conta reserva e conta reserva poder concedente, de curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5 e 7.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2025 são como segue:

<u>Classificação – Custo amortizado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2.409.899	2.409.899
Clientes (b)	593.176	593.176
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (a)	757.335	757.335
Passivos:		
Fornecedores (b)	354.034	354.034
Fornecedores FIDC (b)	11.541	11.541
Risco Sacado (b)	98	98
Empréstimos e financiamentos (c)	3.082.117	2.893.126
Debêntures (c)	19.830.289	19.143.035
Passivos de Arrendamentos (d)	255.567	291.975
Obrigações com poder concedente (e)	1.238.949	2.604.732
<u>Classificação – Valor justo através do resultado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<i>Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock (f)</i>	6.622	6.622

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(b) Os saldos das rubricas “Clientes”, “Fornecedores”, “Fornecedores FIDC” e “Risco Sacado” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.

(c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento.

(e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com poder concedente”, da controlada Ecovias Norte Minas.

(f) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia e de suas controladas (*Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock*), baseado no valor das ações da Companhia (ECOR3), registrados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”

Gestão de riscos

a) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$290.121 (R\$254.524 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Clientes”. O fluxo de recebimento dos referidos valores gira em torno de 30 e 60 dias.

Notas Explicativas

b) Risco de liquidez

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	5.030.538	1.640.162	3.721.822	32.689.641
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	270.685	281.891	278.987	3.188.384
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	53.773	52.980	52.202	475.193
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	12.508	12.508	12.508	131.329
Banco da Amazônia - BASA	24.009	20.566	20.043	267.444
Obrigações com poder concedente	28.750	116.530	122.729	4.421.307
Finame	6.231	5.489	-	-
Passivo de arrendamento	132.581	83.589	47.703	28.102
	<u>5.559.075</u>	<u>2.213.715</u>	<u>4.255.994</u>	<u>41.201.400</u>

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo individual no montante de R\$397.252 (ativo circulante R\$33.225 e passivo circulante R\$430.477), e consolidado no montante de R\$1.620.050 (ativo circulante de R\$4.228.476 e passivo circulante de R\$5.848.526), principalmente decorrente de dividendos, empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento de prazos para pagamento.

Análise de sensibilidade

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	307.955	384.944	461.933
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.380.899)	(1.540.117)	(1.696.615)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(1.161.323)	(1.207.496)	(1.253.684)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(108.021)	(131.694)	(155.366)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(22.962)	(23.916)	(24.877)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(88.556)	(116.327)	(140.754)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(2.453.806)</u>	<u>(2.634.606)</u>	<u>(2.809.363)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	13,90%	17,38%	20,85%
IPCA (b)	4,64%	5,80%	6,96%
TJLP (c)	8,73%	10,91%	13,10%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Junho de 2025.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

Em 30 de junho de 2025, não houve alterações significativas em relação à estrutura de segmento de negócios da Companhia em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	30/06/2025	30/06/2024
Concessões rodoviárias	91,32%	91,70%
“Holding” e serviços	4,70%	4,37%
Portos	3,49%	3,37%
Logística	0,49%	0,56%

As tabelas a seguir apresentam informações financeiras consolidadas, relacionadas aos segmentos para 30 de junho de 2025 e de 2024:

	30/06/2025			30/06/2025	
	Ativo total	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Resultado do período
Concessões rodoviárias	30.740.107	21.284.095	9.456.012	4.955.547	727.384
“Holding” e serviços	18.007.684	8.366.429	9.641.255	255.080	682.898
Portos	657.873	342.871	315.002	189.518	34.879
Logística	95.683	39.636	56.047	26.703	8.992
Eliminações	(16.810.494)	(1.382.076)	(15.428.418)	(282.592)	(1.118.223)
Consolidado	32.690.853	28.650.955	4.039.898	5.144.256	335.930

	31/12/2024			30/06/2024	
	Ativo total	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Resultado do período
Concessões rodoviárias	26.160.799	17.725.604	8.435.195	4.375.589	795.246
“Holding” e serviços	17.016.145	8.021.689	8.994.456	208.714	1.090.197
Portos	630.530	310.408	320.122	160.617	19.649
Logística	81.017	33.962	47.055	26.959	10.053
Eliminações	(14.592.409)	(486.127)	(14.106.282)	(231.510)	(1.405.071)
Consolidado	29.296.082	25.605.536	3.690.546	4.540.369	510.074

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31.1 Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

31.2 Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

31.3 Transações que não envolvem caixa

No período findo em 30 de junho de 2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas realizaram as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Notas Explicativas

Transação	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Adição	-	1.673	73.917	43.041
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Baixa	-	-	(2.740)	-
Conta reserva – poder concedente	-	-	101.236	100.065
Provisão para construção de obras futuras	-	-	38.962	-

32. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia reconheceu em seu resultado R\$516, referentes à cláusula de indenização.

33. FORNECEDORES RISCO SACADO

O Grupo EcoRodovias mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Informações Trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura “Fornecedores - Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 30 de junho de 2025, o valor consolidado é de R\$98 (R\$2.412 em 31 de dezembro de 2024).

Os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de antecipações à fornecedores – risco sacado, em 2025, foram de R\$3.038 (em 2024, R\$9.532).

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Aporte de Capital - Ecovias Norte Minas

Em 10 de julho de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada indireta Ecovias Norte Minas, no valor de R\$40.000 (quarenta milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 40.000.000 (quarenta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

34.2 16ª Emissão de Debêntures – ECS

Em 11 de julho de 2025, o Conselho de Administração da controlada direta ECS, aprovou a 16ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão será composta por 2.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$2.000.000, remuneradas a CDI + 1,20% a.a.. O prazo de vencimento das debêntures será de 6 anos contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela controlada com a emissão serão destinados ao refinanciamento de dívidas existentes e reforço de caixa da controlada.

Notas Explicativas

34.3 Aporte de Capital - Ecovias 101

Em 30 de julho de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada indireta Ecovias 101, no valor de R\$303.760 (trezentos e três milhões, setecentos e sessenta mil reais), mediante a emissão, nesta data, de 303.760.000 (trezentos e três milhões, setecentos e sessenta mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 22.3 às Informações Trimestrais, que descreve a natureza e as ações tomadas pela administração da Companhia e de sua Controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., em relação ao inquérito em andamento, bem como chamamos a atenção para a Nota 21.3 às Informações Trimestrais que trata do processo de relicitação da concessão da Rodovia BR-101/ES/BA, por meio de leilão realizado em 26 de junho de 2025. Nesse processo, a Comissão Mista declarou a manutenção da controlada EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. como controladora direta da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. Com isso, será celebrado um Termo Aditivo visando à otimização e modernização do Contrato de Concessão da Ecovias 101, cuja vigência será estendida por mais 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a continuidade da prestação do serviço público na BR-101/ES/BA. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de julho de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo – SP, 30 de julho de 2025.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo – SP, 30 de julho de 2025.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento, Riscos e Compliance